



O FIM NAS SOCIEDADES DESPORTIVAS QUE CAMINHO?

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

DANIEL BEZERRA DE LIMA NOVO

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em
Direito, em Ciências Jurídico-Privatísticas, **sob a
orientação do Prof. Doutor Paulo de Tarso da
Cruz Domingues**

SETEMBRO DE 2017

PORTO

Ao meu Orientador, Professor Doutor Paulo de Tarso da Cruz Domingues, por ter aceite guiar-me nesta Dissertação, por toda a disponibilidade demonstrada desde o início, e pelos variadíssimos contributos e ideias que me propôs, fazendo crescer esta investigação.

À minha Família, por todo o apoio e incentivo, aqui e sempre, como noutros capítulos da
minha vida.

Resumo: O Direito do Desporto, tal como a atividade em si, tem sofrido uma enorme evolução nas últimas décadas, cada vez mais assumindo-se como um ramo próprio do Direito. Não somos indiferentes a esta área do saber, pelo que o Decreto-Lei 10/2013, de 25 de janeiro, ao obrigar os Clubes Desportivos à transformação em ou criação de Sociedades Desportivas para a prática de competições profissionais, captou-nos o interesse, pelas alterações no panorama jurídico-desportivo nacional que provocou. Assim, pretende-se com este estudo realizar uma análise crítica ao mencionado Decreto-Lei, procurando perceber quais as razões e objetivos que estão por trás desta escolha. Para isso, iremos também recorrer a toda a evolução legislativa portuguesa nesta específica temática e às soluções criadas lá fora em sede de Direito Comparado. No final, teremos como objetivo contribuir para esta discussão em constante efervescência, lançando sugestões a incorporar e procurando responder às perguntas: qual a forma jurídica mais apropriada para este fenómeno, e que fim está em causa, o desportivo ou o lucrativo? Sendo certo que estas questões não só têm relevo na vida prática das entidades desportivas, mas também nas expectativas dos sócios e credores através de artigos como o 6º do Código das Sociedades Comerciais e o 160º do Código Civil.

Abstract: Sports Law, like the activity itself, has suffered a huge evolution in the last decades, assuming itself more and more as a branch of Law. We're not indifferent to this area of knowledge, whereby Decree Law 10/2013, 25th January, forcing the Clubs to the transformation in or creation of Sports Companies, to the practice of professional competitions, has caught our interest, by the changes to the national legal-sportive panorama that it caused. Therefore, with this study it is intended to perform a critical analysis to the mentioned Decree Law, looking to understand the reasons and objectives behind this choice. For this, we will also resort to all the legislative evolution in this specific theme and the solutions created out there, in Comparative Law. At the end, we will have as the objective to contribute to this discussion in constant effervescence, casting suggestions to incorporate and looking to answer the questions: what is the most appropriate legal form to this phenomenon, and what goal is concerned, the sportive or the lucrative? Being certain that this questions not only are relevant in the practical life of the sports entities, but also in the expectations of the associates and creditors through articles like 6º of Commercial Companies Code and 160º of Civil Code.

SUMÁRIO

RESUMO	3
ABSTRACT	3
1. INTRODUÇÃO DA PROBLEMÁTICA	5
2. INTRODUÇÃO JURÍDICA	8
2.1. Direito Constitucional – artigos 46º e 79º	8
2.2. As Pessoas Coletivas – Compreensão e Análise no Código Civil	10
2.3. Regime da Associação no Código Civil	13
3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO LEGISLATIVA	17
4. COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DESPORTIVA E O FIM LUCRATIVO?	20
4.1. Críticas à legislação em vigor e sua argumentação	20
<i>a)</i> Um verdadeiro ânimo lucrativo	21
<i>b)</i> Lucro à letra da lei?	22
<i>c)</i> Realidade das Sociedades. Exemplos práticos	23
<i>d)</i> Concretização do Princípio da Especialidade do fim. Um problema eventual?	25
<i>e)</i> Lucro subjetivo	27
5. ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO	30
5.1. Resolução do Parlamento Europeu sobre o futuro do Futebol Profissional	30
5.2. Principais Campeonatos Europeus	33
<i>a)</i> Alemanha	33
<i>b)</i> Espanha	39
<i>c)</i> França	42
<i>d)</i> Inglaterra	45
<i>e)</i> Itália	47
6. CONCLUSÃO. SOLUÇÕES POSSÍVEIS	50
LISTA DE ABREVIATURAS	59
BIBLIOGRAFIA	59

1. Introdução da problemática

As Sociedades Desportivas são reguladas pelo Direito Comercial e estão especialmente previstas por um regime próprio, mas elas não têm uma origem independente: hoje em dia são o resultado da imposição da forma societária (por via da transformação, personalização ou constituição) a um Clube¹ por força da lei para a participação em competições profissionais². Há essa relação intrínseca entre o Clube fundador e a Sociedade Desportiva constituída³.

De facto, nos termos do artigo (art.) 26.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, para a inserção em competições profissionais os Clubes são forçados a adotar a forma de sociedade desportiva com fins lucrativos; e segundo os arts. 1.º e 2.º do Decreto-Lei (DL) 10/2013, de 25 de janeiro, terão de optar por uma das formas societárias possíveis: Sociedade Anónima Desportiva (SAD), ou Sociedade Desportiva Unipessoal por Quotas (SDUQ). Isto para salvaguardar, nos termos do art. 27.º, n.º 2 da LBAFD, “a defesa dos direitos dos associados do clube fundador, do interesse público e do património imobiliário...”.

Só que esta separação entre o Clube e a Sociedade Desportiva origina dificuldades de compatibilização: entre o objeto e atividades de um Clube, que se organiza sob a forma de

¹ “Pessoa Coletiva de direito privado cujo objeto é o fomento e a prática direta de atividades desportivas, que se constitui sob a forma associativa e sem intuítos lucrativos”, é a definição que nos apresenta JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Dicionário Jurídico do Desporto”, Edições Record, Lisboa, 1995, p. 33.

² JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Dicionário...”, p. 44, apresenta-nos a sua noção de competição desportiva profissional como sendo uma “Competição Desportiva que inclua praticantes desportivos profissionais e que respeite determinados pressupostos de natureza económica”, sendo criado um organismo autónomo – as federações – encarregue de dirigir especificamente essas atividades desportivas.

³ Corroborando esta afirmação de forma consistente, vide RICARDO COSTA, “A posição privilegiada do clube fundador na sociedade anónima desportiva”, in *I Congresso do Direito do Desporto*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 144: “No seu conjunto, as várias soluções que o RJSAD nos oferece surgem-nos com uma coerência material interna assegurada por alguns princípios que explicam o regime. Destes, interessa-nos aquele que oferece um privilégio e um mínimo de subsistência ao clube fundador no funcionamento e composição de uma SAD como ideia central da sua conceção.”; na p. 149, “Parece-nos manifesto que foi neste contexto que o Estado-legislador atuou. Quando avança para a legitimação e pressupostos de adoção de formas societárias para o exercício da atividade desportiva por parte dos clubes associativos, fá-lo no intuito de o empreender à luz de um modelo pré-determinado e caracterizado pela manutenção do essencial clubístico da sociedade desportiva – concebendo esta ainda como clube, ou, melhor, como instrumento de atuação do clube.” – e daí o Clube, utilizando a participação em Sociedade Desportiva como atividade-meio para a prossecução do seu objeto, não desrespeita o Princípio da Especialidade do Fim; na p. 150, “Deste modo, compreende-se que, para a densificação desse modelo, a lei adote as medidas necessárias para acautelar que a constituição de SADs, nomeadamente quando partam de clubes preexistentes e estes se mantenham, salvaguarde a continuidade das práticas desportivas, a fim de não comprometer o cerne (até legal) da função do clube desportivo: «o fomento e a prática direta de atividades desportivas»”; e na p. 155, “Se o clube não tomar uma posição de privilégio e não se mantiver como referência na SAD, esta perde a sua razão de existir, sofre uma descaracterização institucional.”

uma associação, e o fim de uma Sociedade, que visa o lucro⁴. Um Clube é uma Associação de Direito Privado que prossegue a atividade desportiva; e que, apesar de poder exercer atividades económicas, não se propõe ao seu exercício. O que um Clube pretende é, isso sim, participar em competições desportivas, promover e organizar espetáculos desportivos e fomentar ou desenvolver atividades relacionadas com a prática desportiva de modalidades⁵.

Quer isto dizer: para um Clube não está em causa a maximização do lucro, mas o desenvolvimento de objetivos desportivos; e servem-se, até, fins públicos (já que “o desporto como fenómeno social sempre se sustentou em boa parte com dinheiro e património públicos” e sendo que o desporto é “capaz de gerar recursos de grande repercussão social, informativa e publicitária”⁶)⁷⁸. Por esta contradição, surge a questão (que já não vem de agora, mas que saiu reforçada com a LBAFD e o DL 10/2013): a adoção da forma societária terá de prosseguir um fim lucrativo?

Esta questão pode ter alguma importância pelo Princípio da Especialidade do Fim. Se a Sociedade Desportiva visa o lucro, serão nulos os atos típicos da atuação do Clube que não têm o escopo lucrativo em vista e, portanto, praticados em violação desse fim, por aplicação do art. 160.º do Código Civil (CC) e do art. 6.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)? As atividades que fazem parte do objeto devem ser todas prosseguidas tendo por objetivo o lucro, ou podem, pelo menos algumas delas, ter outros fins?

Entendendo-se que há fim lucrativo, aparentemente a adoção da forma societária não será compatível com a admissibilidade da prática de atos estranhos à capacidade da sociedade, que serão nulos – se forem atos que não sejam necessários nem convenientes para a produção

⁴ JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Leis do Sistema Desportivo”, Editorial Notícias/Aequitas, Lisboa, 1993, p. 14: “Por outro lado, a direção seguida na adoção destas consequências da visão empresarial do desporto, não pode pôr em causa aquilo que constitui, por assim dizer, uma herança cultural, um dividendo da história desportiva nacional, a saber, a natureza do clube desportivo”. Ainda no mesmo sentido, “Os clubes desportivos são associações sem intuítos lucrativos, cuja existência e atividade são socialmente úteis, existindo um espaço de identidade entre os interesses particulares e as aspirações da comunidade em geral. Daí que os clubes tenham adquirido, em regra, o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública. Ora este posicionamento, bem como o respeito pelo seu substrato pessoal – os associados – e patrimonial em particular o desportivo edificado – devem ser valorados quando se pensa atingir novas formas de atuação dos clubes”.

⁵ Nos termos do art. 2.º, n.º 1 do DL 10/2013, em conjugação com o art. 27.º, n.º 1 da LBAFD.

⁶ RICARDO COSTA, “A posição...”, pp. 148 e 149.

⁷ O que está previsto no art. 5.º, n.º 2 LBAFD (princípio de colaboração entre entidades públicas e privadas na sua promoção); e também no art. 79.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa; pelo que a atividade da sociedade desportiva não se deve limitar à participação em competições desportivas e à promoção e organização de espetáculos desportivos.

⁸ JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Leis...”, p. 9, também nos apresenta uma visão no mesmo sentido: “Quer para a sociedade, quer para o indivíduo, o desporto representa um elemento de desenvolvimento. A dignidade da pessoa humana, a formação plena desta e a evolução harmoniosa do todo societário, reconduzem o desporto a um interesse público a cuja prossecução não pode ficar alheio o Estado”.

de lucro⁹. E, se de facto forem nulos, isto releva no que respeita à tutela dos interesses dos sócios e dos credores sociais, que podem, assim, invocar a referida nulidade e responsabilizar os membros do Órgão de Administração por esses atos. Atos nulos à luz das normas mencionadas, mas também pela própria *ratio* legislativa da imposição das Sociedades Desportivas para Clubes que participem em competições profissionais: assegurar, entre outros aspetos, a tutela dos interesses dos credores sociais, através da sujeição das Sociedades a regras que possam garantir, na medida possível, a sua sustentabilidade financeira.

Antes de nos debruçarmos na análise em si dos regimes dos Clubes Desportivos e Sociedades Desportivas, importa fazer previamente um estudo do que lhes está por trás, nas raízes constitucionais e civis que os suportam. Não estará em causa uma análise aprofundada de uma temática já discutida por vários dos maiores pensadores do Direito Nacional, mas sim um breve enquadramento daquilo que nos importa para esta investigação, recorrendo precisamente a essas fontes da maior relevância.

⁹ Já poderão ser praticados atos que, embora gratuitos, possam levar indiretamente à consecução ou aumento de lucros para a sociedade.

2. Introdução Jurídica

2.1. Direito Constitucional – artigos 46º e 79º

i) Como ponto inicial desta nossa curta abordagem, incidiremos sobre o Artigo 46º, Liberdade de Associação, onde se estabelece no seu primeiro número que os “cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal”. Para retirarmos ensinamentos do que se pode extrair deste artigo de crucial importância, não poderíamos ter melhores referências do que as anotações de constitucionalistas como Jorge Canotilho e Vital Moreira.

Começam os autores¹⁰ por qualificar este Direito como a liberdade de organização coletiva dos cidadãos (como não poderia deixar de ser num Estado de Direito Democrático), sendo a associação, portanto, uma organização de pessoas, sem fins lucrativos – o que as distingue das sociedades¹¹ – e um instrumento da realização de interesses individuais. Entre as formas que podem assumir, destacam os autores, entre outras, os Clubes, aos quais corresponde uma liberdade de fruição cultural, garantida por esta liberdade de associação.

Assumindo este Direito várias liberdades e dimensões específicas (direito positivo de associação, direito da associação a organizar-se e prosseguir livremente a sua atividade, e liberdade negativa de associação – portanto, com dimensões individuais e coletivas), algumas das que mais nos relevam para este estudo prendem-se com a autodeterminação, auto-organização, autogoverno e autogestão – previstas no nº2 deste preceito –, podendo, pois, as associações determinar livremente a sua vida, aprovar os seus estatutos e eleger os seus órgãos. O que não impossibilita que se tenham de submeter a determinados requisitos gerais aos quais estejam sujeitas nas suas atividades externas, e a regras gerais de organização e gestão que não afetem substancialmente a liberdade de associação¹².

Por fim, também nos interessa realçar certas categorias de organizações privadas de base associativa que desempenham tarefas públicas ou de interesse público. Os Clubes Desportivos, apesar de terem em vista outras finalidades, também podem contribuir para o interesse público de várias formas.

¹⁰ J. J. GOMES CANOTILHO; VITAL MOREIRA, “Constituição da República Portuguesa Anotada”, Vol. I – Artigos 1º a 107º, 7ª ed. rev., Coimbra Editora, Coimbra, 2007, p. 643.

¹¹ Ponto que assumirá especial importância no nosso estudo.

¹² O que também terá muito relevo no nosso caso específico dos Clubes Desportivos, como veremos mais à frente na análise das legislações prévias e do contexto histórico dos Clubes.

ii) O artigo 79º surge como um especial espaço para proteção do Direito à Cultura Física e ao Desporto, nas suas diversas espécies, modalidades e formas de expressão. Os autores Jorge Canotilho e Vital Moreira¹³ fazem desde logo uma referência ao Desporto como “cada vez mais, um espetáculo público¹⁴, caindo portanto na esfera da atividade económica e ficando sujeita às respetivas regras”, moderna abordagem ao fenómeno desportivo que consistentemente também iremos apontar ao longo deste trabalho de investigação¹⁵.

Enquanto preceito relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, divide-se em direito fundamental dos cidadãos de natureza social (no seu nº1) e incumbência do Estado em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas para dar satisfação a esse direito (no seu nº2), interessando-nos aqui sobretudo essa vertente. Entre as imposições dirigidas nesse sentido, destacamos o apoio às coletividades desportivas e aos atletas, a formação de docentes e técnicos desportivos, o estímulo de alta competição em termos respeitadores da integridade moral e física dos desportistas, bem como da ética e verdade desportivas, e o desenvolvimento de instalações e equipamento desportivos.

Como o próprio artigo realça, a imposição constitucional cabe ao Estado em colaboração com as estruturas autónomas do desporto, independentemente do carácter público ou privado (federações desportivas e associações). Havendo esta vertente descentralizadora, consequentemente promove-se a redução das assimetrias regionais, a desigualdade de acesso às práticas desportivas e o impulso ao associativismo desportivo.

Finalmente, destaca-se ainda na obra que “O direito ao desporto é tanto um direito (e liberdade) individual como um direito coletivo (equipas, clubes), sendo, portanto, suscetível de ser titulado por pessoas coletivas”. É precisamente essa construção jurídica que

¹³ J. J. GOMES CANOTILHO; VITAL MOREIRA, “Constituição...”, p. 933.

¹⁴ Já JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Leis...”, p. 14, referia em relação aos Clubes: “(...) são nítidas manifestações da relevância do clube desportivo enquanto entidade apostada no espetáculo desportivo, encarado como atividade mercantil, digno de qualquer empresa”. O mesmo autor, JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Dicionário...”, p. 73, completa esta constatação: “Com o advento da televisão e da assunção inequívoca do profissionalismo, a prática desportiva, em muitas das suas variantes, cedo alcança o patamar de espetáculo desportivo”.

¹⁵ Parece-nos, aliás, perfeitamente normal considerar as Sociedades Desportivas como Sociedades Comerciais, dado que dão vida ao conteúdo do art. 230.º, n.º 4 do Código Comercial: propõem-se a explorar espetáculos públicos, e, em sentido amplo, é isso que está em questão na prática desportiva profissional. Outras passagens dos autores, na mesma obra, neste sentido da evolução e dinamização do Desporto, além da sua cada vez mais forte vertente económica, podem ser encontradas na p. 936, “Os direitos fundamentais dos atletas podem andar associados a direitos económicos e sociais, desde logo pela configuração da atividade desportiva como uma atividade económica” e na p. 937, “O desporto é hoje um fenómeno de massas, dado o número de praticantes, de adeptos e de espectadores...”.

abordaremos no próximo tópico de investigação, seguindo-se a análise do regime do Código Civil para as Associações.

2.2. As Pessoas Coletivas – Compreensão e Análise no Código Civil

Pode-se definir as Pessoas Coletivas como sendo agrupamentos de pessoas que compatibilizam interesses e bens para a prossecução de um fim. A partir daí, e como nos diz Pais de Vasconcelos¹⁶, “(...) o Direito configura organizações mais ou menos complexas, estruturas de cooperação e de ação comum, ou de institucionalização de fins humanos, em relação às quais constrói um regime análogo ao das pessoas, unificando assim, através desta personalização jurídica, num só e único sujeito de direito ou centro de imputação de situações jurídicas, os interesses coletivos ou grupais ou fins institucionalizados. É o caso das pessoas coletivas, tipicamente as associações (...), as sociedades...”. Assume, assim, uma importância central o fim social como polo agregador.

Antes de nos focarmos no regime específico das associações, cabe-nos cimentar mais as bases sobre as pessoas coletivas.

Começando pelos seus elementos – naquilo que se costuma apelidar de substrato, e como já se pôde retirar da sua definição –, tradicionalmente apontam-se três aspetos que as constituem: as pessoas (elemento pessoal), os bens (elemento patrimonial, onde cada vez mais se procura a limitação do risco no capital investido) e os fins (elemento teleológico). Tal como referido anteriormente, é este fim social que assume a posição dominante¹⁷, e que vai determinar a atuação da pessoa coletiva. Distinguem-se, no entanto, os fins, consoante a pessoa jurídica adotada: as associações têm fins não lucrativos, as sociedades têm fins lucrativos¹⁸. Estas são, aliás, duas formas jurídicas tipificadas (regime de tipicidade taxativa fechada, ainda que com elasticidade no seio de cada tipo, dentro da margem de liberdade que a lei deixa à autonomia privada¹⁹), entre as várias que constam da lei.

¹⁶ PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, “Teoria Geral do Direito Civil”, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2012, p. 114

¹⁷ A partir daí, entre associações e sociedades de capitais, teremos posições diferentes. Para as primeiras, o elemento pessoal também será fulcral, e os bens do elemento patrimonial são vistos como acessórios e fungíveis. Já nas sociedades de capitais, sobretudo as sociedades anónimas, torna-se indiferente a identidade dos sócios, sendo a prossecução do lucro a crucial questão que as envolve.

¹⁸ Outro ponto que terá o nosso destaque mais à frente.

¹⁹ PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, “Teoria...”, p. 129, refere: “Tal sucede normal e frequentemente nas sociedades comerciais em que a autonomia privada, a experiência da vida e as necessidades do tráfego induzem

Outra distinção que nos merece uma chamada de atenção prende-se com aquela que se faz entre as pessoas coletivas de fim desinteressado ou altruístico e pessoas coletivas de fim interessado ou egoístico. “As primeiras têm por fim a prossecução de interesses sociais ou alheios (...); as segundas têm por fim a prossecução de fins dos próprios fundadores ou associados, como sucede com as sociedades”. Entre o fim interessado, ainda se pode distinguir consoante sejam fins ideias, não económicos, como são as que prosseguem interesses desportivos, culturais, científicos ou artísticos, ou fins económicos, quando a realização dos seus fins se traduz na obtenção de vantagens patrimoniais para os seus membros. Estas distinções, como já fomos aflorando, são particularmente relevantes para o nosso estudo.

Ao fim das pessoas coletivas está ligado intrinsecamente o seu objeto social, ou seja, “(...) o âmbito de atividade que a pessoa coletiva se propõe desenvolver a título principal para prosseguir o seu fim”²⁰, concretizando, portanto, o sentido do fim social. E, como resulta do art. 160º, nº1 do CC, as pessoas coletivas têm capacidade de gozo para os direitos e obrigações necessários ou convenientes²¹ à prossecução dos seus fins – capacidade de gozo que “deve ser entendida em sentido amplo englobando o objeto social”. Para as sociedades comerciais, a redação é semelhante, numa transcrição quase literal no art. 6º, nº1 do CSC. No entanto, o legislador pretendeu resolver aqui questões envoltas em controvérsia e insegurança jurídica, suportando-se na 1ª Diretiva Comunitária sobre direitos das sociedades. Uma dessas será toda a discussão que envolve os atos ultra vires e o Princípio da Especialidade do Fim.

É que da redação do art. 160º do CC (em conjugação com o art. 294º CC), tem a Doutrina tradicionalmente concluído que os atos praticados pelas pessoas coletivas fora do que é necessário ou conveniente serão nulos por falta de capacidade de gozo. Pais de

modificações e inovações importantes. Ao estipular no respetivo estatuto cláusulas especiais que, dentro dos limites da lei, desviam o regime da sociedade do que é típico, do que é normal, do que constitui o seu regime geral supletivo, os sócios desviam a sociedade do cerne do tipo, para zonas periféricas, mas ainda dentro do tipo, que se aproximam, por vezes de outros tipos”.

²⁰ PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, “Teoria...”, p. 139.

²¹ Com grande elasticidade na determinação da área de atuação lícita, no entendimento de PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, “Teoria...”, p. 139, só devendo “ser considerados fora desta área os atos ou atividades que não sejam sequer instrumentais, que não sejam sequer úteis para a prossecução do objeto social, isto é, dos quais não resulte, nem sequer indireta ou reflexamente, algum contributo, mesmo que apenas coadjuvante, para a realização do objeto social”. Também neste sentido, ANTÓNIO AGOSTINHO GUEDES, “Comentário ao Código Civil: parte geral” (coord. Luís Carvalho Fernandes, José Brandão Proença), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014, p. 354, “A própria letra do preceito fornece algum apoio a esta ideia, ao admitir atos que podendo não ser necessários são, todavia, convenientes à prossecução dos fins da pessoa coletiva (...) Por exemplo (...) uma associação poderá promover eventos com fins lucrativos destinados à angariação de fundos para a prossecução do seu escopo estatutário. Excluídos estarão apenas aqueles atos praticados com objetivos estranhos ao escopo da pessoa coletiva”.

Vasconcelos, no entanto, contrapõe que não só a questão se prende com a ilegitimidade, ao invés de incapacidade (porque se relaciona com a legitimidade da pessoa coletiva para agir sobre bens, interesses e situação jurídicas alheias ao seu fim social, não com o âmbito da capacidade de gozo das pessoas coletivas), mas também o facto de a orientação da 1ª Diretiva Comunitária ter afastado esta doutrina ultra vires, o que se traduziu na implementação do art. 6º do CSC. Diz o autor que, e da interpretação deste artigo, “Ora, se os órgãos das pessoas coletivas privadas podem, em regra, modificar livremente o seu fim e objeto (...) A atuação para além do fim e do objeto social terá então a ver exclusivamente com as relações internas da pessoa coletiva e com a tutela de terceiros que com ela contactem e contratem”. Outro ponto nesta questão é saber se vigoram em simultâneo estes dois regimes do 160º do CC e o 6º do CSC, e a resposta que o autor dá é negativa. Não há diferenças suficientes entre as pessoas coletivas a que se aplica o 160º do CC e às sociedades comerciais reguladas pelo art. 6º do CSC que justifiquem a manutenção de regimes tão diversos. Se assim é, e segundo o art. 9º do CC, entende Pais de Vasconcelos que impera fazer uma interpretação de forma integrada e atualista do art. 160º, sendo certo que o art. 6º do CSC é mais recente, moderno e veio responder a precisamente estas dúvidas com auxílio da 1ª Diretiva Comunitária. Por esses motivos, então, o art. 160º do CC será influenciado por esta atualização no sistema jurídico introduzida pelo art. 6º do CSC. Conclui o jurista referindo que, se se seguisse a doutrina tradicional e se cominasse com nulidade todos e cada um dos atos jurídicos que a pessoa coletiva pratique e que sejam tidos como não necessários ou não convenientes à prossecução do seu fim social, “seria totalmente inadequado à vida de relação e gerador de uma insustentável insegurança no tráfego jurídico”. A solução será, portanto, cumprir o art. 6º, nº4 do CSC, sendo o ato válido e responsabilizando pela sua prática quem, em nome da pessoa coletiva, o praticou, ou os titulares do órgão que deliberou a sua prática, se dele resultarem danos para a pessoa coletiva.

Havendo efetivamente uma atividade consistente e prolongada que se desvie do fim social da pessoa coletiva, surge então o fundamento para a sua dissolução e extinção²². Mas esse será um tópico que já não nos interessará, tal como a vinculação das pessoas coletivas, a sua responsabilidade e a desconsideração da personalidade jurídica.

Por fim, relativamente à capacidade de exercício, as pessoas coletivas não têm consciência nem vontade própria como as pessoas humanas, pelo que a formação e expressão

²² Regime do art. 182, nº2, b) do CC para as associações, 142º, nº1, d) do CSC para as sociedades comerciais.

dessa vontade é suportada através de órgãos, cujos titulares serão pessoas humanas. Estes órgãos²³ distribuem-se em três classes: órgão deliberativo, que se traduz na assembleia geral; órgão executivo, que se designa como direção para associações, conselho de administração para sociedades; órgão de fiscalização, num conselho fiscal ou fiscal único. Nos dias de hoje – e isto será algo com alguma relevância para o nosso tema –, Pais de Vasconcelos faz-nos um importante alerta, indicando que há a “tendência para substituir este último órgão por revisores oficiais de contas, reduzindo a fiscalização às contas da pessoa coletiva, com prejuízo da fiscalização da gestão”. Nas sociedades anónimas, a estrutura é mais complexa, compostas por assembleia geral, conselho geral, direção e fiscal único²⁴.

2.3. Regime da Associação no Código Civil

Quanto às associações, Pais de Vasconcelos apresenta-nos uma sucinta noção²⁵, referindo que “As associações são pessoas coletivas de base associativa (corporações) constituídas por uma pluralidade de membros com vista à realização de um fim e dotadas dos meios económicos necessários. Distinguem-se das sociedades por não terem fim lucrativo. Completa Fátima Gomes²⁶ referindo que “As associações visam realizar finalidades de carácter social, cultural, recreativo, desportivo, científico ou outro, em benefício dos seus membros ou destes e de terceiros, sem que isso signifique uma proibição de realização de operações de ordem económica ou financeira, quando acessórias e marginais face ao seu objetivo principal”.

O seu regime encontra-se entre os arts. 167º a 184º do CC, e é isso que abordaremos neste capítulo. No entanto, é importante ter em consideração o que referíamos previamente

²³ No caso das associações, com regime no art. 170º e ss., diz-nos PAULO OLAVO CUNHA, “Comentário ao Código Civil: parte geral” (coord. Luís Carvalho Fernandes, José Brandão Proença), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014, pp. 368 e 369, que “(...) os seus estatutos preveem em regra que os titulares dos respetivos órgãos sociais sejam eleitos em assembleia geral (eletiva), frequentemente convocada com essa única finalidade e cuja duração (temporal) varia consoante o maior ou menor número de associados”. Num exemplo particularmente relevante para o nosso tema, continua o autor referindo que “Com efeito, quando este é muito elevado – atingindo os milhares de associados, como sucede nalgumas associações desportivas – a assembleia funciona durante um dia inteiro, para recolher a manifestação de vontade do maior número de sócios possível”. Outro traço que nos aponta neste tópico, e que efetivamente se verifica nalgumas associações desportivas, é que “a antiguidade também se projeta amiúde na sua capacidade eleitoral, no que respeita ao número de votos de que dispõem e que será tanto maior quanto mais antiga for a sua participação na associação”.

²⁴ Art. 278º, nº1, b) do CSC.

²⁵ PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, “Teoria...”, pp. 128 e 131.

²⁶ FÁTIMA GOMES, “Comentário ao Código Civil: parte geral” (coord. Luís Carvalho Fernandes, José Brandão Proença), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014, p. 345.

em relação às pessoas coletivas, visto que as associações são uma espécie do género daquelas e seguirão o seu regime²⁷. Um desses traços liga-se à aquisição de personalidade jurídica, prevista no art. 158º, em direta ligação com as exigências dos arts. 167º e 168º²⁸.

Serão elementos de existência obrigatória, nos termos do art. 167º: 1) bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social; 2) denominação; 3) fim (“(...) indicando de forma descritiva e esclarecedora qual a atividade a que se pretende dedicar, a qual não pode ter carácter económico com vista à obtenção de lucro para o repartir pelos associados”²⁹); 4) sede da pessoa coletiva; 5) forma do funcionamento³⁰.

Depois da referência dos titulares dos órgãos da associação³¹, no art. 170º, e do funcionamento do órgão da administração e do conselho fiscal, no art. 171º, desenvolve o regime sobre a assembleia geral a partir do art. 172º, no que toca à sua competência. Esta é específica relativamente a certas matérias, e subsidiária quanto a “todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos da pessoa coletiva”, na letra da lei. Entre as competências específicas, destacamos a aprovação anual do balanço da associação (como o indica o nº2 do artigo), além de eleger os titulares dos órgãos sociais (em relação com o referido art. 170º, nº1), na periodicidade definida nos seus estatutos. Como o indica Paulo Olavo Cunha³², “A lei reconhece à assembleia geral a competência para apreciar o desempenho da administração da sociedade e de dispor sobre as pessoas que deverão ocupar os diversos cargos sociais”, o que se relaciona com a competência para destituir os titulares dos órgãos da associação e a autorização para a associação demandar os administradores por danos causados pelos fatos praticados no exercício do cargo. Como não poderia deixar de ser, também é à assembleia geral que compete a alteração dos estatutos e a extinção da associação.

²⁷ FÁTIMA GOMES, “Comentário...”, p. 364: “Enquanto espécie do género pessoa coletiva de Direito privado, as associações estão sujeitas ao regime geral aplicável àquelas, constante do art. 157º e ss”.

²⁸ Além da Lei nº 40/2007, relativa ao “simplex”. De qualquer forma, como diz FÁTIMA GOMES, “Comentário...”, p. 366, “Quer se constitua uma associação por escritura pública, quer através do mecanismo de constituição imediata, a simples observância da forma estabelecida determina que a associação adquira personalidade jurídica, constituindo-se como pessoa coletiva distinta das pessoas dos seus associados.

²⁹ FÁTIMA GOMES, “Comentário...”, p. 365.

³⁰ Uma menção à duração da associação apenas será imperativa no caso de se pretender constituir uma entidade com duração limitada no tempo.

³¹ Numa nota que também merece a nossa chamada de atenção, aponta-nos DANIELA BAPTISTA, “Comentário ao Código Civil: parte geral” (coord. Luís Carvalho Fernandes, José Brandão Proença), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014, p. 397, que: “O certo é que a lei não exige que os titulares dos órgãos sejam associados, pelo que nenhuma destas soluções pode ser considerada definitiva. Tanto mais que a importância e a envergadura de certas associações têm vindo a determinar o recrutamento de gestores e fiscais profissionais preferencialmente não associados para o desempenho daqueles cargos”.

³² PAULO OLAVO CUNHA, “Comentário...”, p. 373.

Após enunciar as competências da assembleia geral, dispõe o art. 173.º sobre a respetiva convocação, que compete ao órgão executivo, pelo menos uma vez por ano, para, entre outros assuntos previstos estatutariamente (por exemplo, a aprovação do orçamento), apreciação do seu desempenho e aprovação do balanço e das contas anuais³³³⁴.

Passando para os articulados especificamente destinados aos associados³⁵, revela-nos o art. 180º a natureza pessoal da qualidade de associado, ao qual corresponde um conjunto de direitos, normalmente designados por “direitos associativos”³⁶, sendo a associação um meio de proporcionar aos seus associados a fruição de uma determinada atividade de fim não lucrativo: os associados identificam-se com o fim da associação e participam nas atividades que a associação desenvolve na prossecução desse mesmo fim.

Finalmente, entrando nas situações de extinção da associação, são enumeradas as suas causas no art. 182º (e desenvolvido o regime nos artigos seguintes). Duas delas relacionam-se com o fim, ou porque houve uma divergência permanente, sistemática, reiterada e voluntária entre o fim real e o fim expresso no ato de constituição ou nos estatutos, ou quando se esgotou

³³ Serão estas as assembleias ordinárias, por contraponto com as extraordinárias, convocadas pelo órgão de administração por solicitação de um conjunto de associados.

³⁴ Como aponta PAULO OLAVO CUNHA, “Comentário...”, p. 377, “A lei não estabelece prazo para divulgação dos documentos a apreciar na assembleia geral, diversamente do que acontece no domínio das sociedades comerciais [nos termos dos arts. 263º, nº1 e 289º do CSC], em que existe um prazo mínimo para colocar ao dispor dos sócios os documentos cuja aprovação é objeto de deliberação em assembleia geral (...) No entanto, afigura-se-nos razoável que os associados possam ter acesso a esses elementos com uma antecedência razoável que lhes permita formar adequadamente a sua vontade em assembleia geral”. Isto será particularmente relevante no que toca aos Clubes desportivos, visto que, dada a importância e populismo da figura do Presidente – podendo, até, tornar-se um ídolo para os seus associados, pela paixão envolvida nestas atividades de massas –, torna-se questionável a racionalidade dos associados na aprovação dos assuntos da Sociedade; por isso, o acesso aos documentos atempadamente e a consequente possibilitação de deixar ao critério dos associados um estudo prévio desses elementos, retirando ilações pessoais desligadas de emoções que se geram em assembleia, será em nossa opinião, um mínimo absolutamente essencial.

³⁵ Como nos diz DANIELA BAPTISTA, “Comentário...”, pp. 389, 390 e 393, “Terá a qualidade de associado quem fizer parte do núcleo fundador da associação e tiver outorgado o seu ato constitutivo (ingresso inicial) ou for admitido posteriormente para o seu seio através de um ato de adesão (ingresso superveniente) (...) Os estatutos podem especificar as condições da admissão dos associados, desde que o façam nos termos do art. 167º, nº2, e com os limites do art. 280º. Por força do princípio da liberdade de associação, constitucionalmente sagrado, nenhuma associação pode fixar regras sobre a admissão dos seus associados que adotem critérios discriminatórios (...) Será discriminatória, por exemplo, a deliberação que vedar a participação de mulheres numa associação de fins desportivos (...) No que diz respeito à saída voluntária dos associados, vigora aqui o mesmo princípio da liberdade de associação constitucionalmente consagrado (art. 46º da CRP)”.

³⁶ Entre esses, contam-se: o direito de participar na vida da associação (que se traduz num direito de convocar e de participar na assembleia geral, de apresentar propostas, de exercer o direito de voto e de impugnar as deliberações inválidas), o direito de fiscalizar e de solicitar informações aos órgãos da associação e, bem assim, de aceder às suas instalações a fim de consultar documentos e de obter informações, o direito de participar nos órgãos da associação (que se desdobra no direito de eleger e de ser eleito para os órgãos da associação, bem como no direito de exercer as funções inerentes a esses cargos sociais), o direito de participar na atividade associativa e nos benefícios decorrentes dessa atividade (direito de desfrute) e o direito ao património associativo. DANIELA BAPTISTA, “Comentário...”, p. 391.

o fim para o qual ela foi criada, desaparecendo, portanto, o motivo que levou os associados a constituir a associação.

Extinta a associação, há que prover ao destino dos seus bens. A associação não deixa de existir, mas entra em liquidação, nos termos do art. 184º. A fase de liquidação envolve a realização do ativo e o pagamento do passivo. Terminada essa fase e existindo, ainda, algum acervo patrimonial abre-se a fase de sucessão pela qual o património remanescente é atribuído a determinadas pessoas. Essa fase é estabelecida pelo art. 166º do CC (disposição geral sobre pessoas coletivas), devendo distinguir-se entre bens vinculados – aqueles especialmente afetados a certos fins – e os bens livres – aqueles que não o estão. Os primeiros serão entregues a outra pessoa coletiva que tenha um fim compatível e que deverá continuar a sua vinculação; os segundos terão o destino que lhes for dado em lei especial, nos estatutos ou na deliberação de extinção (se em nenhuma delas se tiver provido ao seu destino, reforça-se novamente o interesse em assegurar, tanto quanto possível, a realização dos fins da pessoa coletiva extinta, devendo o tribunal afetá-los a outra pessoa coletiva ou ao Estado nesse sentido)³⁷.

Só após todos estes passos perderá a associação a personalidade jurídica e se consuma, então, a sua extinção. Escusado será dizer, a extinção das associações decorre da sua autonomia privada (salvo alguma falha relacionada com elementos do seu substrato), em função do mencionado princípio da liberdade de associação, com a correspondente e indissociável liberdade de extinção.

³⁷ O processo especial de atribuição de bens da pessoa coletiva extinta segue os termos dos arts. 1078º a 1081º do CPC.

3. Análise da evolução legislativa

Realizada a introdução da problemática e exposto o suporte jurídico, a nível constitucional e dos regimes gerais no CC e CSC, que serve de base a estas questões – e que, como já fomos adiantando, será útil na formulação de argumentações ao longo do estudo –, será também conveniente a exposição de um contexto histórico, desenvolvendo os propósitos legislativos. Sendo certo que referir a existência de três Leis de Bases em 17 anos já será dizer muito das dúvidas que pairam nesta temática.

O DL 146/95, de 21 de junho, estabeleceu pela primeira vez no nosso ordenamento jurídico o regime das Sociedades Desportivas, dando resposta ao que foi determinado na Lei de Bases do Sistema Desportivo³⁸ (LBSD; Lei nº1/90, de 13 de janeiro). Estas sociedades teriam fins desportivos, nos termos dos arts. 20.º e 41.º, n.º 1, al. f) da LBSD. Assim, criou-se uma “espécie de sociedade, figura com contornos intermédios, entre a associação com personalidade civil e a sociedade comercial”, como indica o Grupo de Trabalho³⁹⁴⁰.

Uma das principais notas deste regime prendia-se com a procura da tutela dos credores dos Clubes – pelo excessivo endividamento (sobretudo público, perante o Fisco e a Segurança Social) destes últimos⁴¹ –, como demonstra o art. 21.⁴². Nesse sentido, as proteções conferidas aos credores pelas obrigações contraídas pelos Clubes depois de 1 de janeiro de 1989, nos n.ºs 1 e 2 do artigo. Só que o estabelecido acabou por ter um efeito muito negativo: é que no n.º 2, referia-se que as "receitas da sociedade desportiva provenientes da venda de ingressos no espetáculo desportivo, da publicidade no recinto desportivo ou de direitos de transmissão do espetáculo respondem perante os credores do clube relativamente às obrigações contraídas por este depois de 1 de Janeiro de 1989 e até ao momento da constituição da sociedade"; mas se os Clubes já estavam endividados, este artigo ainda

³⁸ JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Dicionário...”, p. 135: “Lei consagradora dos princípios vetores do regime jurídico do sistema desportivo”; exige a emanação de outras normas que concretizem as suas diretrizes.

³⁹ <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/jmm_MA_16951.pdf>

⁴⁰ Proposta do Grupo de Trabalho para proceder à análise do regime jurídico e fiscal das sociedades desportivas, criado através do Despacho n.º 12692/2011, de 16 de setembro.

⁴¹ Referido de forma unânime pela Doutrina, como se pode ver em MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, “Sociedades Desportivas”, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2015, pp. 9 e 10; MARIA RAQUEL REI, “Sociedades Anónimas Desportivas: o Fim Lucrativo”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. IV, Almedina, Coimbra, 2011, p. 281; e LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA, “Direito aos lucros nas sociedades anónimas desportivas – um verdadeiro lucro?”, in *Revista de Direito das Sociedades*, n.ºs 1-2, Almedina, 2013, Coimbra, p. 167. É um problema que já vem da década de 80 do século XX, sobretudo nos clubes de futebol, muito ligados à maior agressividade nas políticas de contratação e remuneração de jogadores – como o refere JOÃO SOUSA GIÃO, “O governo das sociedades desportivas”, in *O Governo das Organizações - A Vocação Universal do Corporate Governance*, Almedina, Coimbra, 2011, p. 235.

⁴² Com a epígrafe “Garantias dos credores do clube”.

pioraria mais as suas situações, visto que, desta forma, as Sociedades Desportivas nasceriam logo numa posição de grande desvantagem – uma parte das receitas resultantes do exercício da sua atividade seria destinada a suportar estes encargos financeiros anteriores à sua constituição.

Além disso, a haver lucros, estes não poderiam ser distribuídos pelos acionistas, nos termos do art. 9.º, n.º 1⁴³, em conjugação com o art. 20.º, n.º 4 da LBSD, que foi outro dos motivos que levou ao desinteresse dos Clubes por esta figura – com este regime, não era possível a necessitada capitalização, já que não havia motivação para investidores⁴⁴. Assim, o regime acabou por fracassar, não se tendo, sequer, constituído quaisquer Sociedades Desportivas⁴⁵.

Para tentar resolver os problemas do regime de então, foi aprovada a Lei 19/96, de 25 de junho, denominada Revisão da Lei de Bases do Sistema Desportivo (RLBSD). Destaca-se sobretudo a alteração do art. 20.º da LBSD, nos termos do qual se faria uma distinção: para a participação em competições não profissionais, os Clubes seriam constituídos sob a forma associativa e sem fins lucrativos (art. 20.º, n.º 2); para a participação em competições profissionais, os clubes ou optavam pela forma de Sociedades Desportivas com fins lucrativos, ou mantinham o seu estatuto de pessoa coletiva sem fins lucrativos, mas sujeitos a um regime especial de gestão (art. 20º, n.º 3). Como indica o n.º 4 do mesmo artigo, procurava-se a tutela dos direitos dos associados e dos credores do interesse público (novamente), a proteção do património imobiliário e o estabelecimento de um regime fiscal adequado à especificidade destas sociedades.

Na senda da RLBSD, e para se rever o DL 146/95, surge o DL 67/97, de 3 de abril, inovando com as Sociedades Desportivas sob a forma de Sociedades Anónimas⁴⁶. Nestas SADs, já se procuraria “repartir entre os acionistas o lucro legalmente distribuível”⁴⁷, se assim

⁴³ Indicava este preceito que os lucros do exercício deveriam reverter para o “benefício da atividade desportiva geral do clube”.

⁴⁴ A justificação para esta opção é-nos dada no Preâmbulo do DL 146/95: “Compreende-se que não possa servir de fonte de lucro privado de alguns o que em grande medida foi construído com o contributo de associados e simpatizantes dos clubes e a comparticipação de dinheiros do Estado ou de autarquias locais.”

⁴⁵ Como refere RAQUEL REI, “Sociedades Anónimas Desportivas...”, p. 282, nota 1.

⁴⁶ Art. 2.º, sendo aplicáveis, subsidiariamente, as normas que regulam as Sociedades Anónimas, nos termos do art. 5.º.

⁴⁷ Como o indica o art. 23.º. Ainda assim, a lei configura de modo muito pouco consistente o direito dos sócios da SAD aos lucros gerados.

o entendessem⁴⁸. Quem não optasse pela constituição desta SAD ficava sujeito a um regime especial, que visava assegurar transparência e rigor na respetiva gestão – para tutelar todos os interesses em jogo e pelo excessivo endividamento dos Clubes.

Como se vê, este DL procurava, entre outras regras, tutelar também os interesses dos seus credores e sujeitar a atuação dos gestores a regras de exigência e responsabilidade. De facto, um dos problemas de então prendia-se com a ausência de controlo da gestão de uma atividade que gera importantes fluxos de dinheiro e da responsabilização das pessoas que os geriam⁴⁹; sendo que estas pessoas, Gestores dos Clubes Desportivos, não tinham normalmente o perfil necessário para as funções, uma vez que as assumiam, em regra, devido à sua popularidade, em detrimento de critérios ligados à necessária competência – eurgia sujeitar a sua atuação a regras estritas como aquelas que existem no domínio jus-societário. Assim, pretendia-se que a SAD permitisse enquadrar estas atividades económicas lucrativas, com modos apertados de transparência de gestão e responsabilização dos agentes envolvidos na gestão e na fiscalização da sociedade, além da possibilidade de captação de investimento.

No entanto, o regime especial de gestão acabou por não conseguir a prossecução do fim a que se propunha pela reduzida capacidade das suas normas, levando a que muitos clubes optassem por ele perante a imposição do art. 2.º – para não serem alvo de um controlo exigente. Desta forma, os objetivos do DL 67/97 também não foram alcançados, acabando por surgir uma desigualdade entre as entidades que participavam em competições desportivas profissionais sobre a esfera do regime de gestão face aos modelos apertados de gestão das SADs; não havia obrigações e deveres análogos.

Por estes motivos, para resolver o que a prática acabou por contrariar e colocar todos no mesmo plano de responsabilidade, surgiu o DL 10/2013, que estabeleceu o regime jurídico das Sociedades Desportivas, constituídas sob a forma de SAD ou SDUQ⁵⁰, a que ficariam sujeitos os Clube Desportivos participantes em competições desportivas profissionais.^{51,52}

⁴⁸ Diz FÁTIMA RIBEIRO, “Sociedades...”, p. 12, que, na prática, alguns Clubes – ainda Associações – até já visavam o lucro nalgum tipo de atividade empresariais.

⁴⁹ Este problema da irresponsabilidade dos membros dos órgãos dos Clubes pelas respetivas dívidas sempre existiu e foi alvo de preocupação, apesar de já em relação a esta altura, haver doutrina a afirmar que ao Clube poderia ser aplicado analogicamente o regime da sociedade civil simples ou pura (ou até o da sociedade comercial em nome coletivo). RICARDO COSTA, “A posição...”, p. 134, nota 2.

⁵⁰ Opções concedidas pela lei segundo o art. 2.º, n.º 1.

⁵¹ Apesar de já fugir ao âmbito deste trabalho, não deixa de ser interessante o alerta que nos é feito por RUI TEIXEIRA SANTOS, *Lições de direito desportivo* (<<http://pt.slideshare.net/Ruiteixeirasantos/lices-de-direito-desportivo-prof-doutor-rui-teixeira-santos-2013-iseit-lisboa>>); mais um eventual problema do atual regime.

4. Compatibilização entre a atividade desportiva e o fim lucrativo?

Serve esta exposição da evolução legislativa para demonstrar, em suma: i) que esta questão já vem de trás, e que ainda não houve uma resposta inequívoca, com constantes alterações desde o final do século passado; ii) que a figura da Sociedade interessou a alguns Clubes (para permitir a captação de outros meios de financiamento, apesar de a maioria⁵³, até à entrada em vigor do novo DL, ter optado por não a incorporar); iii) e que também interessa no que toca aos credores (sempre uma das maiores preocupações do Legislador), sendo-lhes conferida uma maior tutela, além do regime para a responsabilização dos gestores.

Disto resulta que há doutrina⁵⁴ que defende a compatibilização entre a atividade desportiva e o fim lucrativo, uma vez que no âmbito da atividade desportiva profissional – que será o que aqui nos interessa – haverá, segundo quem defende esta posição, ânimo lucrativo: por exemplo, pelas rubricas de Rendimentos e Ganhos Operacionais das diversas Sociedades, com vastas fontes de receitas; ou na capacidade para aproveitar as transferências dos direitos desportivos dos jogadores para obter ganhos por justo valor. A afirmação da existência do fim lucrativo para as Sociedades Desportivas, como exigência de que a Sociedade vise a maximização do lucro obtido, tem também outra grande vantagem: assegura, ainda que reflexamente, a tutela dos interesses dos credores sociais, que foi ponto constante em todas as Leis de Bases e DL.

4.1. Críticas à legislação em vigor e sua argumentação

No entanto, o regime atual e a solução apontada em cima levantam-nos dúvidas se serão as melhores opções. De facto, e como referido em “1. Introdução da Problemática”, uma visão de Sociedades Desportivas com fins lucrativos pode comprometer o exercício de

Neste sentido, o Grupo de trabalho para proceder à análise do regime jurídico e fiscal das sociedades desportivas já havia recomendado as correções à LBAFD, revogando-se o n.º 2 do art. 26.º (“Os clubes desportivos participantes nas competições profissionais ficam sujeitos ao regime especial de gestão...”) e alterando-se o art. 27.º (“São sociedades desportivas as pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob a forma de sociedade anónima...”).

⁵² Ainda assim, face ao que se acabou de expor, também se poderão colocar questões nesta decisão. Se o novo regime foi lançado para responder às desigualdades entre os Clubes que tinham adotado a forma de SAD e os que se mantiveram como Clubes sob o regime de gestão especial, a existência de dois tipos societários com regimes muito distintos, p. ex., no que toca à onerosidade e fiscalização será correta? Nesse sentido, PAULO DE TARSO DOMINGUES, “As sociedades desportivas”, in *IV Congresso de Direito do Desporto*, Almedina, Coimbra, 2015, p. 97.

⁵³ FÁTIMA RIBEIRO, “Sociedades...”, p. 15.

⁵⁴ FÁTIMA RIBEIRO, “Sociedades...”, p. 40.

determinadas atividades que, servindo o interesse geral de prática desportiva e de promoção do desporto, conflituariam com a imperatividade desse escopo (e que também se aplica a todas as Sociedades Desportivas que não tenham por objeto a participação em competições profissionais, em que a constituição da Sociedade depende apenas da vontade do Clube).

Uma hipótese possível⁵⁵ será a consagração da obrigatoriedade de constituição de Sociedade Desportiva apenas para o exercício de atividades lucrativas, mantendo-se a existência do Clube enquanto associação para a parte do seu objeto que possa conflitar com o escopo lucrativo. É esta, de forma aproximada, a resposta francesa – que veremos de forma detalhada mais à frente –, e harmonizadora dos diversos interesses em causa.

Com essa estruturação, o Clube poderia continuar a desenvolver o objeto a que se propõe, utilizando para isso os recursos da Associação – e servindo-se, assim, sem conflitos o interesse público de promoção do desporto. A Sociedade Desportiva poderia continuar a captar investimento para a empresa desportiva, pelo que a principal motivação para a incorporação da figura societária por parte dos Clubes continuaria. E os credores, investindo na Sociedade Desportiva e não no Clube, não só teriam a segurança de saber que realmente se procuraria a maximização do lucro, mas também estariam protegidos pelos mecanismos de rigor e transparência característicos das Sociedades Comerciais – pelo que um dos objetivos em causa neste movimento legislativo também estaria cumprido. Daí que esta seja uma solução pacífica, respeitadora de todos os interesses.

Ainda assim, levantamos algumas questões que nos parecem pertinentes nesta problemática face à solução apontada.

a) Um verdadeiro ânimo lucrativo?

Primeiro, quanto ao ânimo lucrativo das Sociedades Desportivas. Até que ponto se poderá considerar que as rubricas referidas (Rendimentos e Ganhos Operacionais, ou Transferências de direitos desportivos de jogadores) têm mesmo esse escopo em vista? Naturalmente que se pretenderá sempre valorizar o que se tem pelo melhor negócio possível; mas isto é suficiente para afirmar um ânimo lucrativo? Tais como as Sociedades, as Associações também procurarão rendimentos e ganhos⁵⁶ para garantirem a sua

⁵⁵ FÁTIMA RIBEIRO, “Sociedades...”, p. 35.

⁵⁶ Como vimos na sua análise anteriormente, podem exercer atividades económicas.

autossuficiência; e não será por isso que se poderá dizer que visam um fim lucrativo. Pelo que, só o facto de as Sociedades procurarem a maior estabilidade financeira que conseguirem com uma vasta estrutura de receitas – numa atividade largamente mediatizada – não nos parece que seja suficiente para afirmar um verdadeiro ânimo lucrativo⁵⁷.

b) Lucro à letra da lei?

Na própria construção legislativa levantam-se mais dúvidas. Com a RLBSD, e a partir do DL 67/97, surgem as Sociedades Desportivas sob a forma anónima (anteriormente, como já foi dito, com a LBSD e o DL 146/95 os fins eram expressamente desportivos, de acordo com a letra da lei). A atual afirmação legal no art. 26.º, n.º 2 da LBAFD de fins lucrativos para as Sociedades Desportivas existe nos termos juridicamente conformados pela LBAFD, e, em especial, pelo DL 10/2013. E esses termos são muito estreitos.

Já no DL 67/97 (contrariamente à RLBSD, que refere na alteração ao art. 20.º, n.º 3 da Lei de Bases “forma de sociedade desportiva com fins lucrativos”), apenas estava prevista a distribuição de lucros aos acionistas no art. 23.º. No próprio Preâmbulo do diploma faz-se referência, apenas, a essa possibilidade de distribuição de lucros, mas já não ao fim lucrativo da sociedade⁵⁸. Ou seja, o conteúdo desta proclamação do fim lucrativo cingia-se, na prática, ao mencionado art. 23.º. Daí que haja doutrina⁵⁹ a defender que nas Sociedades Desportivas exista apenas lucro subjetivo, não objetivo⁶⁰; e que este não é pressuposto daquele – poderá uma sociedade distribuir lucros, se eles existirem, sem que o tenham em vista como finalidade da sua atividade (mas sim a participação em competições desportivas de carácter profissional

⁵⁷ Também com a mesma conclusão, RAQUEL REI, “Sociedades Anónimas Desportivas...”, p. 285: “Se o fim é o lucro, isso quer dizer que a causa e o objetivo primeiro do desenvolvimento dessa atividade é a obtenção do lucro. E a SAD não tem, como fim, o lucro.”

⁵⁸ Tal como na Lei 30/2004, de 21 de julho, como se pode ver no art. 19.º.

⁵⁹ RAQUEL REI, “Sociedades Anónimas Desportivas...”, p. 285-286, numa construção coerente.

⁶⁰ Apesar de não ser posição unânime; p. ex., SERRAS SOUSA, “Direito aos lucros...”, pp. 170 ss., que defende que há lucro objetivo. Na opinião deste autor, se Sociedades Desportivas, só tivessem servido para criar uma estrutura jurídica para a participação em competições desportivas profissionais, bastaria o regime anterior de Sociedades com fins desportivos (sendo que é dito no Preâmbulo do DL 67/97: “Os clubes ficam, deste modo, em condições de recorrer a estruturas dotadas de acrescido dinamismo económico-financeiro para as suas atividades profissionais”, ou seja, dotar as sociedades de ferramentas para a prossecução de proventos económicos). Ainda assim, nota-se muita indecisão no legislador, quer pelas alterações frequentes, quer pela falta de aprofundamento normativo com a questão do lucro, pelo que argumentar com as decisões do legislador não nos parece o mais correto; mais importante do que isso, parece-nos, é fazer uma interpretação da *ratio* e dos fins para os quais as sociedades foram criadas (será desenvolvido *infra*). Diz também o autor que, a não haver lucro objetivo, também não seria necessário o art. 23º, porque “não há possibilidade de repartir algo que a sociedade não tencione produzir”, mas contra essa argumentação pronunciamo-nos em “b) Lucro à letra da lei?”.

de modo legal e financeiramente ordeiro). Há uma menor intensidade da distribuição do lucro nestas Sociedades Desportivas face às mais tradicionais, mas isso mesmo resulta também da própria letra da lei, quando refere que “poderá” haver distribuição da lei. Atualmente, com o DL 10/2013, a conformação jurídica do lucro foi ainda mais reduzida, visto que o artigo que previa a distribuição de lucros foi eliminado; não há, portanto, qualquer menção ao lucro no diploma (nem no Preâmbulo), excetuando o que se possa extrair das duas formas societárias possíveis: SAD e SDUQ.

Além disto, o regime jurídico do novo DL apresenta um conjunto de normas que não permite afirmar ser o lucro o fim da sociedade – ou, pelo menos, não o será em primeira linha. O art. 8.º, possibilitando a constituição de uma Sociedade Desportiva para além do âmbito das competições profissionais; a transferência de direitos e obrigações do Clube para a Sociedade nos termos do art. 22º; o peso da participação do Clube fundador no seio da Sociedade Desportiva, nos termos do art. 23º, em conjugação com os direitos do art. 10º; ou o destino das instalações desportivas com a extinção da Sociedade, que devem ser atribuídas ao Clube desportivo fundador e permanecer afetas a fins análogos aos da sociedade extinta, como o refere o art. 27º⁶¹. Ou seja, em vários aspetos não se visa o lucro, colocando outros valores acima dele – o que, numa Sociedade tradicional, poderia levantar problemas, mas nesta atividade, pelas suas especificidades, parecem ser aceites⁶².

c) Realidade das Sociedades. Exemplos práticos

Terceiro ponto, quanto à situação das Sociedades. O endividamento e dificuldades financeiras dos Clubes portugueses é uma realidade que já vem de há muito, e que não se

⁶¹ E também no diploma anterior de 97, o próprio regime fiscal ia neste sentido, na medida em que, segundo o art. 24.º de então, “São considerados custos ou perdas do exercício, na sua totalidade, as importâncias concedidas ao clube originário que goze do estatuto de utilidade pública, desde que as mesmas sejam investidas em instalações ou em formação desportiva.” Com o regime hoje em vigor, diz-se apenas no art. 29.º: “O regime fiscal das sociedades desportivas consta de lei especial, aplicando-se-lhes diretamente, na falta desta, as leis tributárias gerais.” Também de regime anterior, podemos ainda fazer referência a uma série de cláusulas de salvaguarda, referidas em RICARDO COSTA, “A posição...”, pp. 150 e 151, e o desenvolvimento do capítulo “2.4. O privilégio e a subsistência do clube fundador de SAD”, nas pp. 152 ss.

⁶² Também com esta visão, SERRAS SOUSA, “Direito aos lucros...”, p. 175: “Ressalta o facto de a consagração lucrativa no RJSAD ser meramente instrumental face ao real fim destas sociedades, que é o desportivo”. Ou RAQUEL REI, “Sociedades Anónimas Desportivas...”, p. 286, “(...) o regime jurídico da SAD apresenta um conjunto de regras que não permitem afirmar ser o lucro o fim da sociedade.” e “Por outras palavras, o bom ou mau desempenho dos administradores da SAD é apreciado, à face da lei, não em razão dos lucros que a SAD arrecadar, mas sim das vitórias desportivas que a equipa em causa obtiver nas competições em que se apresentar. Sem prejuízo, evidentemente, de uma coisa e outra andarem naturalmente a par.”

alterou com as SAD. Gastos e perdas financeiras cada vez maiores, subida dos Empréstimos correntes e não correntes, estruturas cada vez mais pesadas de ativos e passivos, Resultados Operacionais excluindo transações com passes quase inevitavelmente negativos, dependendo das transferências de direitos desportivos de jogadores para a obtenção de resultados positivos, o que nem sempre acontece (oscila praticamente de época para época – e que por vezes até acaba por levar a prejuízos de milhões ou dezenas de milhões de euros).

O objetivo era a criação de estruturas dotadas de acrescido dinamismo económico-financeiro para as suas atividades profissionais, de forma a que os Clubes se desenvolvessem de forma ordeira; mas num exemplo concreto duma Sociedade altamente elogiada pela sua capacidade para negociar, a FC Porto, SAD (constituída em 97) aumentou consideravelmente a dimensão dos seus gastos. Não há informações públicas dos Relatórios e Contas (R&C) pré-SAD, mas desde 03/04⁶³ (o R&C mais antigo disponibilizado no site oficial, sendo que nem esse contém todos os dados), destaca-se a subida nos Gastos e Perdas Operacionais excluindo transações de passes de jogadores (de 55,6M€ em 04/05 para 110,3M€ em 14/15 e 124,4M€ em 15/16), nos Gastos com o pessoal (de 34,9M€ em 02/03 para 70M€ em 14/15, e 75,8M€ em 15/16), nos Fornecimentos e serviços externos (de 10,9M€ em 02/03 para 33,2M€ em 14/15 e 38,7M€ em 15/16), nos Resultados Operacionais excluindo transações com passes consistentemente negativos (nas últimas 5 épocas desportivas, houve prejuízos nesta rubrica de: 19,2M€ em 11/12; 18,1M€ em 12/13; 22,6M€ em 13/14; 16,7M€ em 14/15; e 48,7M€ em 15/16; de 04/05 para cá, em apenas duas épocas houve lucro, e em ambos os casos por situações muito excecionais), nas Amortizações e perdas por imparidade com passes (de 19,8M€ em 04/05 para 31,4M€ em 14/15, e 31,6M€ em 15/16), aumento dos Gastos e perdas financeiras (3,4M€ em 04/05, 17M€ em 14/15, e 17,2M€ em 15/16), Empréstimos correntes (12,9M€ em 03/04, 61,5M€ em 14/15, e 98,2M€ em 15/16) e não correntes (32,6M€ em 03/04, 100M€ em 14/15, e 79M€ em 15/16), Fundo de maneoio, quando especificado, sempre negativo (-48M€ em 12/13, -84M€ em 13/14, -25M€ em 14/15 e -87M€ em 14/15), Resultados Operacionais muito voláteis, bem como os Resultados Líquidos.

Outra prova desta situação complicada das Sociedades Desportivas pode encontrar-se nas Propostas de Orçamento das SAD em Assembleia-Geral. Por exemplo, para 13/14 a Sporting, SAD apresentava uma proposta de 857m€ de Resultado Líquido⁶⁴; para 14/15, a SC

⁶³ <http://www.fcporto.pt/pt/clube/grupo-fc-porto/Pages/r-c-2015-2016.aspx#ancora_topo>

⁶⁴ <http://www.sporting.pt/incscp/pdf/investor_relations/ir_OrcamentoSCP2013_2014_CFDSCP.pdf>

Braga, SAD demonstra no seu R&C que “O Resultado Líquido da Sociedade foi, no período em análise, negativo em 1,3 milhões de euros, em linha com o orçamento aprovado em Assembleia Geral”⁶⁵; também para 14/15, a FC Porto, SAD previa um Resultado Líquido do Exercício de 541m€⁶⁶; para 15/16, a mesma entidade aponta aos 1,8M€⁶⁷, e 2,7M€ para 16/17⁶⁸, com rendimentos/ganhos e gastos/perdas a rondar a centena de milhões de euros. Ou seja, Orçamentos praticamente de *break-even* – e muito expostos à volatilidade dos diversos fatores em jogo –, que comprovam que o objetivo não será o lucro, mas a mera sustentabilidade. Caberá aos credores e investidores decidir se os resultados que poderão obter serão suficientemente benéficos para os riscos inerentes; sendo certo que será sempre necessária uma ponderação cuidada por parte destes agentes, tendo conhecimento da instabilidade dos resultados – ou mesmo dos seus eventuais prejuízos consecutivos –, de forma a que tutela reforçada das Sociedades seja ajustada.

d) Concretização do Princípio da Especialidade do fim. Um problema eventual?

Depois, temos a concretização do Princípio da Especialidade do Fim e complicações que daí possam surgir, se o fim for o lucro. Pela solução mencionada anteriormente por alguma doutrina, sobretudo no que toca à promoção da prática desportiva, a separação entre Clube e Sociedade Desportiva seria suficiente. Mas e quanto a atos que são próprios da gestão desportiva da Sociedade Desportiva, e que afetam positiva ou negativamente a participação dos clubes em competições profissionais? Exemplificando, a manutenção de um jogador absolutamente fulcral para as aspirações do Clube, ainda que a um elevado preço por, por exemplo, uma subida considerável do seu vencimento; ou a venda dos direitos desportivos desse jogador em janeiro por vários milhões, mas comprometendo o que o Clube poderá alcançar – desportiva e financeiramente, por alguns prémios envolvidos. Na perspetiva do lucro (ou até da cotação das ações), qual será a visão correta? Ou colocando a questão por outro prisma, alguma destas formas de gestão será inapropriada para a obtenção do lucro?

Noutros exemplos, como se avaliará a contratação de um jogador manifestamente caro para a realidade do clube, sobretudo se não justificar esse esforço financeiro? Ou a aposta numa época em que uma Sociedade Desportiva, para tentar voltar a ganhar a supremacia

⁶⁵ <<http://scbraga.pt/wp-content/uploads/2015/11/relatoriocontas20142015.pdf>>

⁶⁶ <<http://www.fcporto.pt/Assembleias/ConvocatoriaAGSAD13112014Propostas.pdf>>

⁶⁷ <<http://www.fcporto.pt/Assembleias/ConvocatoriaAGFCPSADNOV2015Propostas.pdf>>

⁶⁸ <<http://www.fcporto.pt/Assembleias/ConvocatoriaAGSAD17112016Propostas.pdf>>

nacional e do que daí deriva, investe fortemente e ganha outras condições desportivas, mas compromete os anos seguintes; será aceitável do ponto de vista lucrativo? Ou a venda dos direitos televisivos por um período de vários anos, eventualmente por valores altos, mas sem a possibilidade de os renegociar e atualizar dali a uns anos, no futuro a médio-prazo (e sabendo-se que a sua cotação tem estado em constante crescimento), como ainda recentemente ocorreu⁶⁹? Ou na elaboração da Proposta de Orçamento, a apresentação de Resultados Operacionais – excluindo transações com passes de jogadores – cronicamente negativos, sobrecarregando a rubrica de ganhos por justo valor com transferências de direitos desportivos jogadores, esperando que o mercado lhe corra de feição (a FC Porto, SAD, por exemplo, apresentou 72,6M€ de Resultado das transações de passes para o orçamento de 15/16, e 115,8M€ para o orçamento de 16/17); será aceitável?

Ou seja, em concreto, como se vai apurar o Princípio da Especialidade do Fim na área desportiva, e, em específico, no futebol? Para a obtenção do lucro, até que ponto se tem de olhar para o curto-prazo (por exemplo, uma época ou um negócio; vender um jogador em forma ou não, comprar um jogador mais caro ou não) ou o longo-prazo (a sustentabilidade financeira ou do plantel, o que se obtém de uma época – rendimento desportivo, prémios dessa época – ou o impacto que isso pode gerar da venda de um jogador no resto do plantel na próxima época, ou a transação de vários milhões por um jogador de qualidade nas contas do clube para os anos seguintes)?

Já sobre a década de 80 do século passado se dizia que “A asfixia agravou-se com sucessivos erros de gestão dos órgãos sociais dos clubes (sempre preocupados com o “resultado desportivo de curto-prazo” em vez da solidez económico-financeira a médio e longo prazo)”⁷⁰. Mas conseguir transplantar isso para casos específicos de gestão, de como se deve gerir um negócio ou a situação de um jogador tendo em conta a tal solidez económico-financeira e o lucro, certamente não será uma tarefa fácil.

É que se já será difícil precisar algo que é, por natureza, tão abstrato, como se vai obter esta resposta nalgo em que não se pode dizer que haja um método *standard* a prosseguir por todos? E que, a existir, até terá de ser respondido pelos Administradores ou Gerentes –

⁶⁹ Já sobre tempos anteriores, RICARDO COSTA, “A posição...”, p. 134: “A asfixia agravou-se com (...) a perceção “à cabeça” dos rendimentos das transmissões televisivas convencionadas por prazos razoavelmente longos.”

⁷⁰ RICARDO COSTA, “A posição...”, p. 134.

profissionais da área -, que darão a resposta que melhor entenderem, e mais apropriada aos seus próprios atos?

e) Lucro subjetivo

Correspondendo à outra dimensão do lucro, trata-se da diferença entre o custo da atividade social e os resultados por ela gerados, com o intento de distribuir por todos os sócios depois de cumpridas as obrigações da lei⁷¹. Trata-se dum direito essencial para os acionistas – em princípio, a sua participação na Sociedade tem fins lucrativos, foi para isso que se associou⁷² –, plasmado no art. 21.º, n.º 1, al. a) do CSC, e compreende dois momentos: por um lado, a partilha dos resultados do exercício (art. 294.º do CSC); por outro, a partilha da quota de liquidação (art. 146.º ss. do CSC).

Ainda assim, também aqui o regime desportivo mostrou algumas especificidades que se afastam do tradicional societário.

Esta componente do lucro, como já foi referido anteriormente, começou a ser desenvolvida no regime de 97, quando no art. 23.º se previa a distribuição de lucros. Ainda assim, não foi alcançada⁷³. De facto, o teor indicava meramente uma possibilidade de distribuir o lucro⁷⁴, numa versão mais permissiva do que a do CSC (e que regulava mais a posição das Sociedades que o direito dos sócios). Segundo este último diploma, nos termos do art. 294.º, “Salvo diferente cláusula contratual ou deliberação tomada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social em assembleia geral para o efeito convocada, não pode deixar de ser distribuída aos acionistas...”. Ou seja, uma visão mais forte e com intuítos mais protetores face à versão das Sociedades Desportivas.

Com a partilha dos resultados do exercício nestes termos, as SADs do Porto, Benfica e Sporting, nos seus estatutos, também optaram por manter a possibilidade⁷⁵ de não distribuir

⁷¹ E sendo os lucros distribuíveis apurados segundos as regras do art. 33.º do CSC.

⁷² Em princípio, porque na prática poderá não ser assim. Sobretudo nas SADs ligadas ao futebol, não será surpreendente dizer que muitos sócios comprem ações meramente pelo valor afetivo; outros, para poder participar na gestão do clube, sem que com isso esperem retirar lucros significativos; outros ainda, para tentar ganhar uma posição forte na Sociedade.

⁷³ SERRAS SOUSA, “Direito aos lucros...”, p. 177: “Embora legalmente previsto, nomeadamente no Preâmbulo e no articulado do atual RJSAD [o de 97, em vigor na altura da elaboração do escrito deste autor], na realidade não existe um verdadeiro direito aos lucros dos acionistas nas SAD.”.

⁷⁴ “A sociedade desportiva pode repartir entre os acionistas o lucro legalmente distribuível.”.

⁷⁵ Sendo certo que, mesmo que os estatutos até sejam permissivos, poderá sempre haver bloqueio dos lucros através da aprovação de uma deliberação social de 3/4 votos.

dividendos (art. 26.º, n.º 1⁷⁶, art. 26.º⁷⁷ e art. 25.º⁷⁸, respetivamente), não aproveitando a liberdade do art. 23.º para se aproximarem da versão mais robusta do art. 294.º do CSC. Ficaram os acionistas mais desprotegidos na expectativa da obtenção do lucro, o que, consequentemente, tornava as Sociedades Desportivas menos atrativas para potenciais investidores que o ponderassem fazer pela dimensão financeira.

Em 2013, o novo regime afastou o artigo da distribuição dos lucros das SADs do seu conjunto normativo. O argumento foi a subsidiariedade, referindo que este mecanismo já existe na lei geral societária⁷⁹; e compreende-se, indo de encontro ao que defendemos em cima, no sentido em que a previsão do art. 294.º CSC será mais favorável aos sócios do que a do antigo art. 23.º do DL 67/97. Ainda assim, temos dúvidas quanto à real motivação do afastamento daquela norma. Terá sido mesmo por isso? Ou porque, na prática, nunca havia distribuição de lucros⁸⁰, quer porque a lei e os estatutos não o impunham, quer porque as SADs optam sempre por os transferir para Resultados Acumulados (uma leitura dos R&C mostrará isso mesmo)⁸¹?

A segunda vertente relaciona-se com o momento da dissolução e liquidação, quanto ao destino do património – as instalações desportivas, em concreto –, regulado pelo art. 27.º do novo regime⁸². A primeira nota que se destaca é a semelhança com o procedimento de partilha do património remanescente para as Associações, nos termos do art. 166.º, n.º 2 do CC (como

76

<http://www.slbenfica.pt/clubeesad/Investidores/Investidores/Estatutos/tabid/622/mid/1956/dnnprintmode/true/language/es-ES/Default.aspx?SkinSrc=%5BG%5DSkins%2F_default%2FNo+Skin&ContainerSrc=%5BG%5DContainers%2F_default%2FNo+Container>

77 <http://www.fcporto.pt/SiteCollectionDocuments/EstatutosSAD/Estatutos_SAD_Nov2015.pdf>

78 <http://www.sporting.pt/incscp/pdf/investor_relations/ir_estatutos_020215.pdf>

79 Como indica o Preâmbulo: “Optou-se, ainda, por eliminar o que resultava já da lei geral societária, como por exemplo, a constituição ou início da atividade, a distribuição de lucros e o exercício económico, cujos regimes não são retomados no presente diploma, uma vez que enquadram normativamente as sociedades desportivas por força da aplicação subsidiária do regime geral das sociedades comerciais, afastando-se - para legislação especial - os aspetos jurídico-fiscais.”

80 Também nesse sentido, SERRAS SOUSA, “Direito aos lucros...”, p. 176: “(...) este afastamento resulta da falta de verificabilidade de um direito. A distribuição de lucro não era comportável com os traços no RJSAD...”

81 E já em 2005, RICARDO COSTA, “A posição...”, p. 137, nota 11, questionava: “(...) ainda que tenha mudado a lei e se tenham constituído depois várias SADs, tem-se nelas verificado o pressuposto objetivo dessa distribuição (o ganho de cada exercício traduzido num incremento patrimonial), em benefício dos acionistas-investidores?” E a mesma conclusão se pode retirar desta passagem na p. 156: “Assim se pode conceber a participação do clube na SAD e a translação de bens que ela pode implicar (realização de entrada) como instrumento ou recurso para obter rendimentos que fomentem os fins desportivos estatutariamente definidos no pacto associativo. Outra questão é se essa participação lhe proporciona a obtenção efetiva de rendimentos...”

82 Arts. 22.º e 34.º do regime anterior.

já analisamos previamente), face ao das Sociedades, nos termos do art. 1018.º CC (via art. 5.º, nº. 1 do DL 10/2013), ao qual já demonstra maiores diferenças.

Na versão atual, apenas se faz referência às instalações desportivas, que, depois de liquidadas dívidas sociais, devem ser atribuídas ao clube fundador. Já o resto de bens do património da Sociedade, nada se diz; daí que se depreenda que, quanto a este restante, se tenha de atender às regras que estabelecem o regime aplicável à liquidação das sociedades – em especial, os arts. 147.º e 156.º do CSC – pelo que os sócios, nesta vertente, não ficariam desprotegidos⁸³.

Uma nota ainda sobre esta norma. Refere o art. 27.º que as instalações desportivas, depois de atribuídas ao clube fundador, devem permanecer afetas a fins análogos. Estes levantam dúvidas, mas aparentemente, referem-se a uma componente desportiva, não lucrativa. Do que se retira da interpretação, o fim da Sociedade Desportiva será a participação em competições desportivas de carácter profissional de modo legal e financeiramente ordeiro, além da promoção e desenvolvimento de atividade física⁸⁴. Como já foi abordado, há também uma série de artigos que demonstra que a consagração lucrativa, existindo, será instrumental face ao real fim das Sociedades Desportivas. Pelo que o fim a que se refere o preceito mencionado será o fim desportivo. Não está aqui em causa a tutela (ou falta dela) aos sócios quanto ao lucro subjetivo, mas reflete, também, as dúvidas para o legislador na afirmação de um fim lucrativo, desportivo ou híbrido.

No regime atual estão os sócios muito mais acautelados no que toca ao lucro subjetivo, visto que, em princípio, terão a proteção do regime das Sociedades Comerciais. Ainda assim, ficam demonstradas as nossas reservas quanto a um verdadeiro lucro de exercício; e a especificidade de proteção do Clube fundador quanto às instalações desportivas, além da menção ao “fim análogo”.

⁸³ Haverá doutrina discordante – RAQUEL REI, “Sociedades Anónimas Desportivas...”, p. 289 ss. –, mas os argumentos em FÁTIMA RIBEIRO, “Sociedades...”, pp. 37 e 38 parecem-nos mais fortes; e os Estatutos de algumas SADs, como a FC Porto, SAD, no seu art. 30.º (ao referir “sendo os demais sócios acionistas inteirados em dinheiro, se for o caso”) parecem dar-lhe razão. Eventualmente poderá apenas haver algumas questões se o valor da quota de liquidação do clube fundador for inferior ao valor das instalações desportivas – e sendo que estas serão aquelas que nunca tenham sido propriedade do clube desportivo fundador.

⁸⁴ No antigo art. 22.º do DL 67/97, era também explícito que o remanescente do património ficaria afeto a “fins desportivos análogos aos da sociedade extinta.”

5. Análise de Direito Comparado

Já tendo sido desenvolvida uma análise histórica do movimento português no que toca à legislação nesta matéria, e tendo-se também apontado as críticas perante o regime atual e os argumentos em defesa de uma nova solução, importa agora apresentar o estudo de Direito Comparado, das opções feitas noutras países. Sendo certo que este assunto assumiu dimensão tal, que o próprio Parlamento Europeu já discutiu alguns pontos sobre “o futuro do futebol profissional na Europa”.

5.1. Resolução do Parlamento Europeu sobre o futuro do Futebol Profissional

Apesar de o Parlamento Europeu já se ter debruçado nalgumas ocasiões sobre o Desporto, é a Resolução do Parlamento Europeu, de 29 de março de 2007, sobre o futuro do futebol profissional na Europa (2006-2130(INI)) que aqui nos interessa mais; não só pela explanação dos valores que o Desporto ajuda a difundir⁸⁵, o que se pretende salvaguardar ao legislar-se nesta matéria e as circunstâncias atuais – tudo assuntos que já desenvolvemos até agora, e que esta Perspetiva Europeia de Direito Comparado ainda completará mais –, mas também a apresentação de diversas medidas com as quais concordamos, e que também iremos defender oportunamente de forma mais detalhada, ao expormos a nossa Conclusão.

A consciencialização da realidade no Futebol de Alto-Rendimento feita na Resolução vai de encontro ao que temos aqui escrito, daí que sirva como uma excelente base para o que temos vindo a alertar e para o que defenderemos infra, na nossa Conclusão. Especialmente no caso específico de Portugal, tem de haver uma aceitação da conjuntura internacional e a perceção das maiores virtudes da nossa cultura, de modo a que as Sociedades Desportivas, por

⁸⁵ Entre os diversos apontamentos positivos que esta Resolução atribui ao Desporto, destacamos estes: é uma parte inalienável da identidade, da cidadania e da cultura europeias (sobretudo o futebol, pelo peso que tem assumido desde o Séc. XX no nosso Continente); desempenha um importante papel educativo, pedagógico, social e cultural (em especial nas respetivas comunidades locais e nacionais, mas em vários clubes a sua influência vai além fronteiras) ao ser um eficaz instrumento de inclusão social e de diálogo multicultural – e podendo, todavia, contribuir com ainda mais eficácia em causas que se continuam a verificar diariamente; através da formação, para além de desenvolver talentos (podendo chegar ao patamar de representarem o País) e construir, dessa forma, carreiras para as comunidades (sobretudo os centros de formação, razão pela qual defendem a concessão de incentivos financeiros para os clubes que possuam esses centros, além de compensações para clubes de formação), consegue ainda ajudar os jovens socialmente vulneráveis. Por outro, a Resolução também descreve a realidade nos seus pontos mais negativos e para os quais, em parte, também temos alertado, nomeadamente o poder crescente da parte dos Clubes mais ricos para recrutar os melhores jogadores e a relação direta entre esse poder financeiro e o êxito desportivo, a espiral inflacionista dos salários dos jogadores e das despesas (podendo levar a crises financeiras e, potencialmente, atividades criminosas em função disso), a redução das oportunidades de os jogadores formados a nível local expressarem o seu talento ao mais alto nível.

um lado, não recorram a uma gestão acima das suas possibilidades, e, por outro, utilizem todos os seus recursos o mais eficientemente possível⁸⁶. Daí que achemos da maior importância o apoio desta Resolução ao Sistema de Licenciamento de Clubes da UEFA – reforçado com o Fair-Play Financeiro –, que visa garantir condições de concorrência equitativas entre os clubes e contribuir para a sua estabilidade financeira, a transparência e adequada gestão.

Outro aspeto que nos merece uma consideração especial prende-se com o reconhecimento de uma dimensão económica (cada vez mais profissionalizada e comercializada) e uma não económica no futebol, atendendo às suas especificidades e ao facto de não serem um setor típico (quer nas condições de mercado, quer nos intervenientes na modalidade, diferentes dos consumidores e empresas normais), pelo que os Clubes de futebol profissional não podem ser geridos de forma igual. A proposta de um estatuto jurídico comunitário para as “sociedades anónimas desportivas” também vai de encontro ao que aqui já foi debatido como sendo a forma jurídica mais apropriada para os Clubes profissionalizados, desde que se reconheça as suas diferentes características; e, mais uma vez, o alerta de que tal estatuto permitira o estabelecimento de regras de controlo das atividades económicas e financeiras das referidas sociedades e a participação dos adeptos e da comunidade também são pontos que já temos frisado como grandes vantagens das Sociedades.

Quanto às medidas, reconhece a Resolução que as regras da UEFA obrigando à existência de uma quota mínima de jogadores nacionais e de formados nos escalões jovens do próprio Clube, além de um limite à dimensão dos plantéis, são um fator de extrema importância para a promoção de jovens talentos⁸⁷. Acreditamos, também por isso, que a natureza destas medidas deveria também ser implementada em Portugal – não só para as Equipas B, para quais há uma regulamentação específica, mas também para as Equipas A. Mais uma vez, até pelas condições existentes em Portugal – quer no que toca às dificuldades económicas e financeiras, quer em relação à qualidade na formação de jovens jogadores –, estamos em crer que esta opção legislativa teria tremenda importância para a realidade

⁸⁶ Seja nos rendimentos que conseguem obter enquanto Sociedade – e sobretudo quando todas atuam em bloco –, seja na qualidade dos seus recursos humanos – equipas técnicas, atletas seniores e de formação –, como se comprova nos variados casos de sucesso em diversas vertentes, na cultura desportiva fortemente centrada no futebol que existe em Portugal e as infraestruturas e partes envolvidas qualificadas.

⁸⁷ Apesar de não haver certezas da sua legitimidade perante o atual Direito Comunitário; vive-se, aliás, uma incerteza jurídica na Europa em diversas questões, sem que haja uniformidade nas soluções aos problemas atuais

desportiva, uma vez que, com plantéis mais curtos, os gastos com pessoal seriam reduzidos (sobretudo para os maiores Clubes, que engrossam a sua lista de jogadores sob contrato), e, por outro, a aposta proporcionada em jogadores da formação poderia permitir a redução de gastos com a aquisição de direitos desportivos de jogadores (e indiretamente os gastos com pessoal novamente, pelos salários que estes jovens normalmente auferem quando promovidos aos Seniores) e potencialmente beneficiar também a Seleção, dado que os seus atletas teriam, no mínimo, mais condições para se tornarem melhores jogadores.

Da mesma forma, e tendo em vista a estabilidade financeira – preocupação sempre presente em todos os organismos com poder no futebol – e o equilíbrio competitivo entre as equipas, defende-se na Resolução a introdução de um sistema de controlo modulado dos custos; em especial, se for integrado num sistema atualizado de licenciamento dos clubes. A combinação das medidas referidas no parágrafo em conjugação com a forma jurídica de Sociedades Anónimas Desportivas com os seus mecanismos de controlo e fiscalização devidamente adaptados seriam capazes de dar resposta a esta solução apresentada na Resolução.

Noutro âmbito, e também relacionado com o equilíbrio competitivo, defende a venda conjunta dos direitos de transmissão para todas as competições e a sua repartição de forma justa. Esta é uma medida que já tem vindo a ser implementada nalguns países (destacando-se o modelo Inglês, que parte desta premissa, mas com algumas especificidades) e que, em nossa opinião, também seria importante para fazer crescer os Clubes/Sociedades mais pequenos, que dependem em larga escala destes rendimentos; aproximando-se o valor desportivo desses Clubes aos maiores, o valor global do Campeonato potencialmente também subiria, o que apenas traria vantagens (inclusive a possibilidade de conseguir maiores montantes pelos direitos de transmissão).

Em conclusão, o estudo desta Resolução afigurou-se bastante útil, não só pela concretização de aspetos que também temos vindo consistentemente a defender, mas também pela sugestão de medidas concretas com as quais também concordamos e que defenderemos no nosso próximo Capítulo, devidamente adaptadas à nossa realidade.

Passemos agora ao estudo do Direito Comparado nos principais campeonatos europeus.

5.2. Principais campeonatos europeus

a) Alemanha

Na Alemanha, apesar da importância da figura societária e de algumas especificidades dos campeonatos profissionais, não existe uma Lei que regule especificamente nesta matéria. Esta análise resulta, assim, do estudo dos estatutos da DFL Deutsche Fußball Liga e.V., a associação dos clubes e sociedades licenciadas da Bundesliga e 2. Bundesliga (a 1ª e 2ª divisão alemã, respetivamente).

No preâmbulo, como não poderia deixar de ser, é dito que a DFL está ativamente envolvida no desenvolvimento, apoio e promoção do futebol na República Federal da Alemanha e que contribuirá para os fundos da DFB (Federação de Futebol de Alemanha) através de doações. Destaca-se também o compromisso em desenvolver jovens jogadores talentosos a longo-prazo através de treinos de alta-qualidade nos meios próprios e promover Seleções Nacionais Alemãs através da convocatória dos jogadores selecionados pela DFB⁸⁸ e do desenvolvimento dos atletas nos respetivos clubes (com o inerente sucesso desportivo que se almeja)⁸⁹.

No que toca a preocupações financeiras, apenas é estabelecido o artigo §14, nos termos do qual as contas da própria DFL são auditadas anualmente; as suas receitas derivam das contribuições e taxas (de jogos, entre outras) feitas pelos membros da DFL, sendo que estes poderão ser cobrados enquanto as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas. Em relação às contas próprias dos Clubes e Sociedades, nada é dito neste diploma.

Como especificidades dos estatutos da DFL, resultam dois pontos:

1) Artigo §8, Aquisição e cessão de filiação; possivelmente a norma jurídica que mais divide os alemães nesta matéria. É aqui estabelecido que um Clube só pode adquirir uma licença e o estatuto de membro na DFL se for legalmente independente, ou seja, sem que

⁸⁸ Art. §6, n.º 3, alíneas c) e d).

⁸⁹ Além disso, reconhece a importância social e sociopolítica do futebol, atuando em função disso na prossecução das suas atividades (exemplificando com o apoio ao futebol de formação, futebol amador, lazer desportivo, cargos honorários, responsabilidade e compreensão internacional e fair-play no futebol). No artigo §2 também se aborda esta dimensão do futebol, identificando que a DFL é apartidária e neutral (nº1), condena atos xenófobos e anticonstitucionais (nº2) e defende a igualdade na aplicação da lei perante homens e mulheres (nº4). Enquanto membro da DFB, FIFA e UEFA (nos termos do artigo §3), terá também de ter em conta as suas disposições, algumas das quais versando sobre essas áreas sociais. Todos estes aspetos estão relacionados com o artigo §4, onde são especificados o objetivo e funções da DFL.

qualquer entidade legal possa sobre si exercer um domínio legal, se tiver o seu próprio departamento de futebol e se tiver qualificado para participar numa liga licenciada.

Quer isto dizer que uma sociedade limitada apenas poderá adquirir uma licença e o estatuto de membro na DFL se o Clube tiver posição maioritária (ou seja, se detiver pelo menos 50% mais um das ações com direito de voto), o seu próprio departamento de futebol e, ao momento em que é feito o pedido para a licença pela primeira vez, estiver qualificado para participar numa liga licenciada⁹⁰.

2) Artigo §12, Nomes dos Membros. Segundo esta disposição, os membros da DFL são representantes do futebol, sendo que os seus nomes têm de corresponder a este significado. Assim, qualquer mudança que implique algum tipo de publicidade não será permitida, resultando na exclusão desse membro da DFL.

Estes dois tópicos, no entanto, já tiveram um caso recente bastante polémico⁹¹, quando a conhecida multinacional austríaca Red Bull comprou em 2009 a licença de um clube da 5ª divisão (SSV Markranstadt), detendo 49% da sociedade. Um ano depois, mudaram-se para Leipzig, utilizando o estádio “Zentralstadion” como sua casa e renomeando-o de “Red Bull Arena” após a aquisição dos direitos de *naming*. Resulta, contudo, que a compra da licença e o nome escolhido pela empresa gerou enorme controvérsia: uma vez que o artigo referido impossibilitava a utilização de “Red Bull”, a solução encontrada foi o “RasenBallsport”⁹². É, assim, uma expressão para contornar a regra; sabendo-se que, como não poderia deixar de ser, facilmente se passou a utilizar apenas as iniciais “RB”, que se associam à identidade da mencionada empresa de bebidas.

Além disso, criticou-se também o peso da Red Bull no seio do Clube/Sociedade, com alegações de que, na prática, não se cumpria a regra do artigo §8, visto que os funcionários e dirigentes eram altamente compostos por membros da Red Bull, pelo que se duvidava da independência do Clube. Criticava-se ainda a dificuldade no acesso ao estatuto de sócio, já que os preços eram exorbitantes (sobretudo comparando com outros clubes, inclusive o

⁹⁰ Apenas poderão haver aqui exceções (ficando ao critério do Presidente da DFL) se a entidade legal em causa tiver promovido de forma continuada e significativa as atividades de futebol do Clube por mais de 20 anos (e supondo-se que continuará a promover tais atividades no futuro). É ainda estabelecido que os Clubes ou Sociedades membros da DFL não poderão envolver-se direta ou indiretamente entre si – isto é, não poderão deter direta ou indiretamente 10% ou mais dos direitos de voto ou do capital em mais do que um Clube ou Sociedade membro da DFL (ou independentemente da percentagem das ações em mais de 3 membros).

⁹¹ O mesmo também já se havia discutido perante o Hoffenheim e o Wolfsburg (pela relação com as empresas SAP e Volkswagen, respetivamente), mas ganhou outra dimensão com a entrada em cena da Red Bull.

⁹² Pode-se traduzir *Rasen* como “relvado”, “campo” ou “verde”.

Bayern Munique), não teriam direito de voto, e, mesmo com o interesse de um particular em se tornar sócio, a Direção poderia rejeitar a candidatura sem qualquer informação adicional.

Se até à Segunda Divisão não houve contrariedades jurídicas para a multinacional austríaca⁹³, com a promoção à 2. Bundesliga surgiu a oposição inicial da DFL, que levantou vários entraves à sua participação na liga profissional, precisamente devido aos motivos invocados⁹⁴. A sociedade apelou, o que num primeiro momento foi rejeitado⁹⁵, e só com um segundo recurso⁹⁷ foi possível chegar a um acordo entre as partes envolvidas. O compromisso seria dar outro design ao emblema do RB Leipzig, que o distinguisse mais da Red Bull e garantir que a Direção da equipa desportiva era independente da multinacional, através de mudanças nos seus órgãos sociais⁹⁸. Face às pressões no que toca à formação de uma massa associativa, também cederam e concederam a possibilidade aos interessados de se tornarem sócios, com certas regalias (e com as receitas direcionadas para o futebol de formação), ainda que sem direito de voto (os sócios teriam, em contrapartida, um representante no órgão de fiscalização). Finalmente, após assembleia geral entre sócios com e sem direitos de voto, decidiram-se pela formação de uma sociedade de responsabilidade limitada (RasenballSport Leipzig GmbH)¹⁰⁰, que não só responderia às dúvidas quanto ao cumprimento da regra dos 50%+1, como permitiria estabelecer uma estrutura profissional e atrair mais investidores.

⁹³ A DFL legisla apenas para a 1ª e 2ª Liga, a DFB até à 4ª. Apesar de inicialmente ter rejeitado o envolvimento da Red Bull num clube da 4ª divisão alemã (receando que viesse a ter influência excessiva) – e daí a Red Bull ter apostado num clube da 5ª divisão –, não viria a colocar dificuldades com a subida do RB Leipzig a divisões superiores.

⁹⁴ A DFL estabelecia três requisitos para aceitar a participação do RB Leipzig: 1) Alterar o emblema do clube, visto que era demasiado semelhante ao da sociedade Red Bull; 2) Mudar a composição dos órgãos de direção, pelas desconfianças quanto à influência excessiva da Red Bull, uma vez que tinham a forte participação de funcionários da empresa austríaca; 3) Baixar os preços para se tornar sócio e facilitar a abertura do clube a interessados em adquirir esse estatuto. Esta decisão também se tornaria algo polémica, levando a que se questionasse a legalidade e competência por parte da DFL para colocar estes requisitos adicionais.

⁹⁵ http://www.kicker.de/news/fussball/3liga/startseite/603363/artikel_rb-leipzig-muss-bei-aufstieg-sein-logo-aendern.html#omsearchresult

⁹⁶ <http://www.spiegel.de/sport/fussball/2-fussball-bundesliga-dfl-lehnt-beschwerde-von-rb-leipzig-ab-a-968240.html>

⁹⁷ <https://www.welt.de/sport/fussball/2-bundesliga/article127899758/Aufsteiger-RB-Leipzig-legt-erneut-Beschwerde-ein.html>

⁹⁸ <http://www.bundesliga.de/de/liga2/news/lizenzierungsausschuss-gibt-gruenes-licht-fuer-rasenballsport-leipzig.jsp>

⁹⁹ http://www.dierotenbullen.com/neuigkeiten/Saison_2013_14/Lizenizierung-Zweite-Bundesliga.html

¹⁰⁰ <https://www.welt.de/sport/fussball/2-bundesliga/article134955547/RB-Leipzigs-14-Mitglieder-stimmen-fuer-Klub-Umbau.html>

Essa nova sociedade passou a ser detida em 99% das ações pela Red Bull GmbH (1% pelo Clube)¹⁰¹; no entanto, a associação/Clube RB Leipzig teria a maioria dos direitos de voto.

De lá para cá, o percurso tem sido arrebatador. Depois das sucessivas promoções, o RB Leipzig conseguiu o acesso à Bundesliga em 15/16, e já em 16/17 terminou em 2º lugar (lutando pelo título até certo ponto, inclusive), dinamizou a 2ª maior cidade alemã¹⁰², o investimento também tem acompanhado no que toca a transferências¹⁰³ e tem-se até destacado na vertente social e pedagógica¹⁰⁴¹⁰⁵.

¹⁰¹

<https://www.welt.de/sport/fussball/article149166336/Warum-RB-Leipzig-von-St-Paulis-Plaenen-profitiert.html>

¹⁰² Ressalte-se que Leipzig, apesar de ser a 2ª maior cidade alemã (500 000 habitantes) e duma região relevante economicamente, já não tinha na 1ª divisão qualquer clube desde 1994 (e numa liga profissional desde 1998), com os dois anteriores principais clubes a atuar na 5ª divisão. Tem também todas as infraestruturas necessárias, incluindo um estádio capaz de receber cerca de 43 000 espectadores e remodelado aquando do Mundial de 2006. Não surpreende, portanto, a atração da Red Bull em investir num emblema dessa cidade e com estas condições, assim como o seu potencial de crescimento (quer a nível desportivo-financeiro, quer em termos de adesão da população local).

¹⁰³ Para concretizar essa possibilidade de fazer do RB Leipzig um dos principais clubes alemães (expectativa assumida a longo-prazo pelos responsáveis da Red Bull, aliás), o investimento também tem sido feito a essa altura: aproximadamente 23M em 14/15, 26M€ em 15/16 e 60M€ em 16/17.

¹⁰⁴ Em 15/16, em jogo da Taça Alemã perante o VfL Osnabruck, alguns elementos de segurança do estádio colapsaram-se devido aos fortes festejos dos adeptos do clube adversário, levando a uma interrupção da partida; mais tarde, ainda no mesmo encontro, após um lance polémico e uma discussão entre jogadores dos dois clubes, o árbitro acabou por ser ferido na cabeça com o lançamento de um isqueiro por adeptos da outra equipa, levando a que o jogo fosse novamente interrompido e posteriormente cancelado. Perante estes eventos, o RB colocou-se à disposição para repetir o jogo, apesar de a Federação ter rejeitado e decidido dar a vitória ao Leipzig. Neste contexto, ofereceram ao Osnabruck quase metade das receitas a que tinham direito pela sua quota-parte nas receitas desse jogo (permitindo ainda que o pagamento do restante fosse adiado até à época seguinte).

Além destas ações, que transparecem uma imagem de fair-play e cortesia para os amantes do desporto, o RB Leipzig ainda se destacou na crise de refugiados na Europa que começou a gerar mais preocupação em 2015. Além da doação do clube à cidade de Leipzig pelo seu trabalho na ajuda a refugiados, participaram ainda em campanhas de angariação e doações, auxiliariam com a cedência de instalações à cidade que permitissem receber os migrantes, e juntaram-se a uma iniciativa de solidariedade nesse âmbito, dando a oportunidade às crianças refugiadas de jogarem futebol. Os próprios adeptos, aliás, convidaram os refugiados a assistir de forma gratuita a um jogo no seu estádio.

¹⁰⁵ Apesar disto tudo, o RB Leipzig tem sido, sobretudo nos primeiros anos, assolado por críticas contra a sua equipa. Fosse de fãs de outras equipas (mesmo em divisões inferiores ou distintas; ou em jogos em que não estivessem a participar), fosse através de protestos organizados, fosse por outros treinadores ou dirigentes. Sobretudo apontando à dependência perante a Red Bull, à potencial violação dos estatutos da DFL, à oposição às tradições do campeonato alemão e alegando que era um clube plastificado, centrado apenas em fazer dinheiro e difundir a marca das bebidas energéticas.

Estas críticas foram rebatidas, ainda assim, pelos Diretores do RB Leipzig e da Red Bull GmbH, respondendo que investidores e patrocinadores (sobretudo os de grande dimensão) também estão presentes e comprometidos com outros clubes alemães (sendo normal que queiram aproveitar a parceria para difundir ainda mais as suas marcas); alguns com grande apoio financeiro às equipas profissionais. Reforçaram, além disso, o compromisso com o Clube e a vontade de o fazer crescer a longo-prazo, a determinação que a Red Bull tem nos seus projetos desportivos, e explicaram que há vantagens em começar num clube do zero face a outro com tradições e raízes profundas, pela maior facilidade e flexibilidade em termos de decisões ou mudanças estruturais. E comparando com os aclamados clubes tradicionais, o Diretor Desportivo foi mais longe e afirmou mesmo que já tinha visto exemplos suficientes de equipas que não chegavam a lado nenhum, sendo, muito mais importante do que isso, a existência ou não de uma filosofia de trabalho e de sustentabilidade. Também neste sentido, o Presidente da DFB declarou que se vários clubes históricos falharam, ao longo de vários anos ou mesmo décadas, em estabelecer-se

Ponderados todos os pontos de vistas, somos a concluir que os benefícios de uma parceria destas não poderão deixar de ser inequívocos a todos os níveis. A dinamização da cidade foi mais do que reconhecida por diversas entidades¹⁰⁶, assim como a aceitação de altas figuras do futebol alemão, captaram a atenção e atração da população ao futebol local, trouxeram outro nível de investimento (através da contratação de jogadores que dão mais prestígio e qualidade ao campeonato, em conjugação com a constante potenciação de jovens; além de, com a consolidação do seu trabalho, conseguirem ter, por exemplo, as maiores receitas da 2. Bundesliga na altura) e um projeto consistente com resultados claros em poucos anos e até realizaram ações de solidariedade social, de respeito e de fair-play desportivo. Tudo aquilo, portanto, que se pretende e espera de um clube de futebol; não só o sucesso desportivo, mas também a aproximação aos cidadãos locais ou mesmo nacionais ou internacionais e a promoção dos seus espetáculos desportivos, com as consequências sociais e culturais que daí decorrem. Quando assim é, e investidores destes são uma mais-valia para as competições profissionais, para a população, para a cidade e para a representação do país lá fora, porque rejeitar as suas ambições, as suas aplicações financeiras os seus compromissos com um projeto desportivo?¹⁰⁷

no futebol alemão profissional, e se os métodos de trabalho do RB Leipzig têm funcionado e levado ao sucesso, ninguém se poderá queixar disso.

¹⁰⁶ Sobretudo nos últimos anos, o RB Leipzig tem vindo a receber cada vez mais apoio e elogios. Logo em 2009, o proprietário do estádio agora utilizado pelo clube disse que a presença da Red Bull em Leipzig era uma enorme oportunidade para a cidade, e que os outros clubes locais iriam beneficiar da sua presença (já que os jovens jogadores iriam permanecer na área e o nível do futebol na localidade iria subir). Um ano depois, o Mayor disse que o RB Leipzig era a melhor coisa que podia ter acontecido à cidade para o seu desenvolvimento económico, e que iria atrair bastante atenção, sendo, portanto, um importante foco de representação de Leipzig no futuro. A mesma expressão viria a ser utilizada por Uli Hoeneß, Presidente do Bayern Munique, em congratulação à subida do RB Leipzig à 2. Bundesliga. Outras personalidades do mundo do futebol alemão (Dirigentes, Treinadores ou o Presidente da Associação de Futebol da Saxónia) também viriam a expressar elogios aos feitos do RB e o que isso representava.

Além destas figuras, também representantes locais manifestaram a sua satisfação com a presença do RB Leipzig e enalteceram a sua campanha. Tal como o dono do estádio havia preconizado, várias personalidades de clubes de Leipzig explicaram como as suas equipas haviam beneficiado do estabelecimento do RB. Quando um dos mais importantes clubes regionais (FC Sachsen Leipzig) até então se dissolveu, foi dito que, pelo menos através da venda das suas equipas de formação ao RB, os jovens poderiam continuar a ter uma oportunidade para o seu futuro. As compensações financeiras do RB Leipzig também ajudaram o SSV Markranstädt e o ESV Delitzsch a investir no seu plantel ou nas suas infraestruturas e que tinham agora ambições que noutros tempos não podiam almejar.

Finalmente, e por ventura mais importante do que isto tudo, num inquérito realizado por um jornal local logo em 2009 (quando o Clube havia apenas começado, ainda longe do estatuto que recentemente adquiriu e dos presentes feitos desportivos), mais de 70% dos residentes receberam de braços abertos o investimento feito pela Red Bull GmbH. Publicaram também um estudo feito pela Intelligence Research in Sponsorshop (Iris) em 2016, e, de acordo com os dados recolhidos, o RB já era então a 3ª equipa favorita da região da Saxónia e Turíngia, e melhoram todos os índices favoráveis em termos de imagem nacional.

¹⁰⁷ Imaginando uma situação semelhante em Portugal. Por cá, não há a cultura, de forma generalizada, de se ser adepto do clube da localidade, mas sim de um dos aclamados “Três Grandes” (Porto, Benfica e Sporting). Se

No entanto, não desconsideramos também a necessidade de ter cautela nestas situações, por dois aspetos. Por um lado, o real compromisso dos investidores com o projeto terá de ser absolutamente essencial para se permitir o seu controlo dum clube ou sociedade desportiva; averiguar, no fundo, as projeções a médio/longo-prazo, o plano proposto ou as preocupações financeiras e desportivas (e como conseguirão reagir a situações negativas ou realidades fora daquilo que ambicionavam). Já que apenas com competência, um projeto sustentável e capacidade para reagir a contrariedades será possível fazer percursos como o do RB Leipzig, não nos parecerá errado que apenas se aceitem investimentos quando essas condições estão reunidas. Face ao impacto que a dissolução ou insolvência de uma Sociedade Desportiva poderá gerar (como, por exemplo, abandonos por parte de investidores após um breve período de tempo ou a exploração do clube apenas para promoção pessoal ou de uma empresa), cremos que deverá haver uma salvaguarda por parte dos órgãos competentes (Liga ou mesmo a Federação) nos casos de pretensão de aquisição ou formação de sociedades desportivas, investigando cada caso em concreto, dialogando e eventualmente colocando requisitos para a sua aceitação. De certa forma, o que foi feito na Alemanha perante o RB Leipzig.

Além disso, e por outro lado, estas situações poderão levar a um novo desafio global. Há também a exigência de controlar os casos que uma mesma pessoa física ou coletiva (de forma direta ou indireta) detenha participações maioritárias em Sociedades desportivas ou Clubes de países diferentes; se assim não for, e caso não haja um acompanhamento, não nos

assim é, faria sentido rejeitar a intromissão de investimentos que permitissem outros clubes engrandecerem-se e, eventualmente, adquirirem o mesmo estatuto? Em nosso entendimento, não. Mais facilmente se cumprirão fins sociais e culturais (e, até, o benefício para a localidade em si) num Clube/Sociedade destes (se competente e com sucesso desportivo, eventualmente acabará por atrair também ele cada vez mais simpatizantes) do que por ventura noutros clubes locais históricos, de pouco relevo no presente ou passado recente. Isto quando se sabe que poucos clubes têm uma grande expressão em termos de sócios, espectadores e execuções orçamentais (rendimentos/ganhos e gastos/perdas). Desta forma, um artigo como o §12 dos estatutos da DFL não nos parece incorreto, visto que se a existência de um nome estrangeiro (como por exemplo o da empresa que patrocina o Clube ou Sociedade) é atrativo para grandes empresas multinacionais, deve-lhes ser concedida essa possibilidade. Se, por casualidade, a Red Bull decidisse investir também num clube português e atingisse a mesma dimensão que o RB Leipzig hoje conseguiu, acreditamos que as vantagens seriam as mesmas; e possivelmente até existiriam condições para isso, pela inexistência de clubes com uma forte expressão em cidades com elevada densidade populacional, como Sintra, Gaia, Loures, Amadora, Oeiras, Almada, Gondomar, Seixal, Odivelas, Vila Franca de Xira, Maia ou Leiria – tudo cidades no top 20 (Leiria é a 21ª) com maior população residente (todas mais de 100 mil habitantes) que não têm, sequer, um clube nas competições profissionais de futebol (a única exceção aqui, além dos clubes das cidades de Lisboa e Porto, é o Estoril-Praia, natural de Cascais, que teve precisamente o investimento duma empresa internacional – a Traffic).

surpreenderá a existência de abusos e promiscuidades interclubes, como por exemplo a manipulação da contabilidade através de manobras financeiras entre si¹⁰⁸.

b) Espanha

Em Espanha, a dinâmica desportiva é atualmente regulada, numa primeira instância, pela Lei 10/1990, de 15 de outubro, del Desporte, e, posteriormente, pelo Real Decreto 1251/1999, de 16 de julho, que iria aprofundar o conjunto normativo previsto para as SADs espanholas.

Pela importância que o Desporto alcança neste país¹⁰⁹, a necessidade de o regular (em coordenação e cooperação com as Comunidades Autónomas) é identificada logo no Preâmbulo da primeira lei e no seu art. 6º - ao considerar o desporto de alto nível de interesse para o Estado¹¹⁰ –, mas também no art. 43º da respetiva Constituição; além disso, também a necessidade de outra lei é afirmada pela antiguidade da anterior (já era da década de 80) e pela evolução do fenómeno desportivo.

Neste sentido, e tendo em vista o objetivo de legislar todo o fenómeno desportivo da melhor maneira, é apresentada ainda no Preâmbulo uma distinção muito interessante entre: a prática desportiva do cidadão como atividade espontânea, desinteressada e lúdica ou com fins educativos e sanitários; a atividade desportiva organizada através de estruturas associativas; o espetáculo desportivo (atividade progressivamente mercantilizada), fenómeno de massas, cada vez mais profissionalizado.

Em virtude desta compreensão, prevista pelo art. 14º, são estabelecidos os objetivos para cada realidade: por um lado, favorecer o associacionismo de base, com a criação de

¹⁰⁸ Podemos exemplificar aqui o caso da Red Bull, com negócios de vários milhões entre si e transferências dos melhores jogadores entre o Leipzig e o Salzburgo – o que tem mesmo levado a fortes críticas por parte de adeptos austríacos, por ventura receando um menor foco ou até desistência da multinacional no seu clube –, mas também a família Pozzo, que chegou a deter em simultâneo o Watford (Inglaterra), Udinese (Itália) e Granada (Espanha), ou o City Football Group, detentor do Manchester City (Inglaterra), New York City (EUA), Melbourne City (Austrália) e, de forma minoritária, o Yokohama F. Marinos (Japão)

¹⁰⁹ Daqui resulta a necessidade de regulamentar da melhor forma as Leis para os Clubes e Competições profissionais: por todo o impacto que têm na vida das pessoas, por representarem o país internamente e no estrangeiro (pela participação direta dos Clubes em competições internacionais, mas também pela presença dos seus jogadores nas Seleções Nacionais – o que é realçado ao longo da Lei) e pela pretensão de que sejam sempre um exemplo a seguir.

¹¹⁰ Uma vez que constitui um fator essencial no desenvolvimento desportivo, pelo estímulo que supõe para o fomento do desporto base, em virtude das exigências técnicas e científicas da sua preparação, e pela sua função representativa de Espanha nas provas ou competições desportivas oficiais de carácter internacional”.

Clubes Desportivos, de constituição simplificada (art. 14º, a) Clubes desportivos elementares; art. 14º, b) Clubes desportivos básicos); por outro, e se a realidade for outra, estabelecer um modelo de responsabilidade jurídica e económica para os Clubes que desenvolvem atividades de carácter profissional, através da sua conversão em Sociedades Anónimas Desportivas¹¹¹ (art. 14º, c) ou criação das SADs para as equipas profissionais de uma modalidade desportiva – figura jurídica inspirada no regime geral das Sociedades Anónimas, incorporando determinadas especificidades para adaptar-se ao mundo do desporto. Entre as diversas previsões para as SADs¹¹², com algumas semelhanças com o nosso regime, não se poderá deixar de frisar como também a Lei Espanhola realça de forma acentuada a importância da vertente económica; daí a necessidade de um controlo sério e rigoroso da gestão dos clubes, com os mecanismos próprios (devidamente adaptados) das Sociedades.

Mas é nas Disposições Adicionais que encontramos o traço mais característico da atual legislação espanhola nesta matéria, que divide os participantes das competições desportivas em diferentes formas jurídicas consoante os seus circunstancialismos.

De facto, na 7ª Disposição Adicional, é expressamente dito que os Clubes que, à entrada em vigor da Lei em questão, participem em competições oficiais de carácter

¹¹¹ Forma jurídica necessária a adotar pelos Clubes (ou as suas equipas profissionais) que participem em competições desportivas oficiais de carácter profissional e âmbito estatal - será esse o objeto social das SADs, além da promoção e desenvolvimento de atividades desportivas e outras relacionadas ou derivadas da dita prática.

¹¹² Destacamos aqui: o art. 20, nº2, segundo o qual os fundadores das SADs não poderão reservar-se vantagens ou remunerações de nenhum tipo; o art. 21º, nº1, onde se estabelece a fixação de um capital mínimo (determinado regulamentarmente); o art. 22º, nº1, em que se aborda a aquisição ou alienação de uma participação significativa numa SAD, com a respetiva comunicação nas condições previstas ao Conselho Superior de Desporto, e no nº2 a aquisição de ações que possam dar direito a 25% de votos, sujeita a autorização prévia do mesmo órgão; no art. 23º, nº1, a proibição das SADs e Clubes de participarem direta ou indiretamente no capital de outra SAD que faça parte da mesma competição profissional ou que pertença à mesma modalidade desportiva, e no nº2 a proibição de quem detém 5% ou mais dos direitos de voto de uma SAD em deter a mesma participação noutra SAD, nas mesmas condições do nº1; no art. 24º, aborda-se o Conselho de Administração das SADs e as proibições que se estabelecem aos seus membros; no art. 25º, a previsão de direito de preferência e recompra nos casos de alienação de título oneroso de instalações desportivas que sejam propriedade de uma SAD para o Ajuntamento do lugar onde elas radicam (ou à respetiva Comunidade Autónoma, ou ainda, subsidiariamente, ao Conselho Superior de Desportos); no art. 26º, a regulação da contabilidade das SADs e a remissão ao Conselho Superior de Desportos e à Liga Profissional correspondente o aviso de auditoria das contas anuais (sendo que, segundo o nº3, o Conselho Superior de Desporto, oficiosamente ou a petição da Liga Profissional correspondente, poderá ainda exigir a submissão de uma SAD a uma auditoria complementar realizada por auditores por ele designados com o alcance e conteúdos que se determine no correspondente acordo – o que nos parece um ponto bastante interessante; apesar da necessidade de auditorias anuais para as SADs portuguesas e apresentação da respetiva contabilidade, uma auditoria adicional independente sob a forma de 2ª opinião e frisando-se em objetivos específicos poderá sempre ser bastante útil); no art. 46º, nº2, relativamente aos critérios para a qualificação de competições de carácter profissional, o reconhecimento direto da importância e dimensão económica da competição – à qual também é feita uma referência no art. 76º, nº3, a), quando se assume o incumprimento dos acordos de tipo económico da Liga Profissional correspondente como sendo uma das infrações específicas muito graves dos Clubes.

profissional na modalidade desportiva do futebol e que nas auditorias realizadas por encargo da Liga de Futebol Profissional, tiverem obtido desde a temporada 1985-1986 um saldo patrimonial líquido de carácter positivo em todas elas, poderão manter a sua atual forma jurídica, salvo acordo contrário das suas Assembleias, com algumas particularidades¹¹³.

Na prática, o regime previsto afigura-se compreensível às circunstâncias em causa e apropriado a regular os Clubes Desportivos, com diversos mecanismos de segurança; é, aliás, similar ao que se implementou em Portugal (e ao previsto na própria Lei para as SADs), aquando do regime especial de gestão do DL 67/97, de 3 de abril. Ainda assim, parece-nos que faz mais sentido uniformizar os Clubes sob a figura jurídica da Sociedade Desportivas, que já tem mecanismos próprios estabelecidos – e até pela possibilidade deste regime poder falhar na sua fiscalização e rigor, como por cá acabou por acontecer. Além disso, mantendo-se os Clubes como Associações, também nos parece mais suscetível a possibilidade de levar a benefícios concedidos a esses mesmo Clubes, aos quais as SADs não terão acesso. De qualquer forma, certo é que ainda hoje existem Clubes regulados sob a esfera desta Disposição Adicional, entre os quais o Real Madrid e o Barcelona.

Outra estatuição própria do regime espanhol encontra-se na 9ª Disposição Adicional, ao referir que cada Clube Desportivo não pode ser titular de mais de 10% das ações das SADs que se constituíam no seu seio. Perante as disposições do nosso próprio regime, muito mais permissivas quanto à detenção de ações por parte do Clube fundador da SAD, é uma posição que nos causa alguma estranheza.

¹¹³ Elencadas nos seguintes números: nº1, o orçamento anual será aprovado pela Assembleia; nº2: Os Clubes que contem com várias secções desportivas, profissionais ou não profissionais, terão contabilidade especial e separada para cada uma delas; nº3, a Liga Profissional, o Conselho Superior de Desportos e, em cada caso, a Comunidade Autónoma correspondente poderão determinar os Clubes que deverão submeter-se a uma auditoria complementar realizada por auditores designados pelas mencionadas Entidades; nº4, Gerentes destes Clubes responderão solidariamente pelos resultados económicos negativos que se produzam durante o período da sua gestão, tendo em consideração as ressalvas das auditorias. Antes de começar cada exercício económico, os Gerentes deverão depositar, a favor do Clube e ante a Liga Profissional, aval bancário que garante a sua responsabilidade e que alcance 15% do orçamento de gastos. Este aval será executável pela Liga Profissional e exigível anualmente durando todo o período da sua gestão. A ação de responsabilidade poderá ser exercida: pelo Clube, mediante acordo da sua Assembleia, obtido por maioria simples dos participantes; subsidiariamente, por sócios que representem 5% do número total dos mesmos; em todo o caso, decorridos 4 meses depois do encerramento do exercício económico pela Liga Profissional correspondente e pelo Conselho Superior de Desportos. Por via regulamentar determinar-se-ão as condições e pressupostos em que os Gerentes, dentro do período dos seus mandatos e sempre que estes sejam consecutivos, poderão compensar os avais satisfeitos com os resultados económicos positivos dos exercícios anteriores ou subsequentes ou aqueles em que se tivessem produzido perdas; nº5, os Clubes Desportivos que se amparem com a presente Disposição ajustarão a contabilidade das suas secções desportivas profissionais às normas que regulam ou no futuro possam regular as SADs e estarão submetidas às mesmas obrigações que se estabeleçam para estas conforme o art. 26º, nº1 desta Lei relativamente à informação periódica que devem remeter ao Conselho Superior de Desportos.

Na 13ª Disposição Adicional, encontramos uma política por parte da legislação espanhola que já nos parece bem mais interessante. A fim de possibilitar a transformação dos Clubes em SADs, ou a sua criação segundo o estabelecido na 9ª Disposição Adicional, a Liga de Futebol Profissional assumiu o pagamento de algumas dívidas – com contrapartidas a nível de gestão de direitos económicos, como referido nas Disposições Transitórias –, das quais ficaram libertos os Clubes de futebol que tenham subscrito as correspondentes convenções particulares com a Liga Profissional¹¹⁴. Acreditamos que é algo que se poderia ter feito por cá em 95; pelo contrário, certos rendimentos anteriores à data da criação da Lei respondiam perante os credores. O que em Portugal levou ao fracasso das primeiras Sociedades Desportivas, em Espanha foi trabalhado de forma a tornar-se um incentivo à sua criação. Hoje em dia se calhar já não faz tanto sentido esta medida, uma vez que, com a imposição legal de 2013, todos os Clubes que pretendam participar em competições desportivas profissionais necessitarão da forma jurídica de SAD ou SDUQ, levando a uma consagração já relativamente estabelecida da figura societária.

Além desta Lei, e como referido anteriormente, foi ainda necessária a aprovação do Real Decreto 1251/1999, de 16 de julho, após a nova redação da Lei 10/1990, de 15 de outubro (através da Lei 50/1998, de 30 de dezembro). Pretendeu-se aproximar o regime jurídico das SADs ao do resto das entidades que adotam essa forma societária, com o fim de velar pela pureza da competição e proteger os interesses públicos e dos potenciais investidores, pelo que o Real Decreto iria concretizar os artigos modificados com remissões a normas de alcance regulamentar, entre outros aspetos.

c) França

Por França, como não poderia ser de outra maneira, existe um “Code du Sport”, especificamente destinado a regular as matérias desportivas. Com o futebol a assumir um forte impacto nacional, foi entendimento das entidades competentes redigir um Código próprio em 2004, com a intervenção de diversos ministérios.

¹¹⁴ Na última Disposição Adicional que merece algum destaque na nossa parte, chamamos à colação a 15ª Disposição que, “com o fim de regularizar a situação económica dos Clubes de futebol profissional, elaborar-se-á pelo Conselho Superior de Desportos um Plano de Saneamento que compreenderá uma Convenção a subscrever entre o dito organismo e a Liga Nacional de Futebol Profissional”, incluindo-se nesse plano as Convenções particulares que os Clubes afetos deveriam subscrever com a Liga Profissional.

No L.121-4º, num ponto sempre importante, é dito que as associações desportivas só poderão receber ajuda estatal se tal tiver sido aprovado; para isso, é necessário assegurar a existência de disposições estatutárias que garantam a transparência da sua gestão e o igual acesso de homens e mulheres às instâncias dirigentes¹¹⁵. Enquanto promotores de desporto e com fins sociais e culturais¹¹⁶, também faz todo o sentido a possibilidade de haver este apoio aos Clubes – mais difícil de enquadrar se apenas perspetivarmos os Clubes como empresas voltadas para o lucro.

Mas é no L122-1º que o Code du Sport se começa a debruçar sobre as Sociedades Desportivas. De facto, é aqui que se estabelece que qualquer associação desportiva, participante em organizações pagas de eventos desportivos, com rendimentos¹¹⁷ dum montante superior a um valor determinado por decreto em Conselho de Estado, ou que empregue atletas cujo total de remunerações¹¹⁸ exceda um determinado montante fixado por decreto em Conselho de Estado, tem que constituir para a gestão dessas atividades uma Sociedade Comercial sujeita ao Código Comercial – segundo o art. R.122-1º, esses valores estão fixados em 1,200,000 Euros para os rendimentos, e em 800,000 euros para as remunerações¹¹⁹; atendendo ao L122-4º, no prazo de um ano. Ainda no mesmo artigo, dá-se a possibilidade de Clubes com montante inferiores ao mínimo estabelecido constituírem uma Sociedade desportiva¹²⁰ para a gestão destas atividades pagas, sob as condições referidas neste diploma - definindo a Associação desportiva e a Sociedade a sua relação através de uma Convenção aprovada pelas instâncias estatutárias; é o que ordena o art. L122-14º.

¹¹⁵ Complementado com o art. R. 121-3º: estas Associações desportivas só poderão ser afiliadas a uma Federação Desportiva para, assim, poderem cumprir o seu objeto, se nos seus estatutos se incluírem disposições relativas ao funcionamento democrático da associação, ao igual acesso de homens e mulheres aos órgãos dirigentes, à garantia dos direitos de defesa em caso de procedimento disciplinar ou à prevenção de qualquer discriminação; há ainda um ponto relativo à transparência da gestão, que falaremos infra.

¹¹⁶ Logo no art. L121-3º, é afirmado que as associações desportivas que promovem e organizam atividades desportivas e físicas para pessoas incapacitadas, poderão ter acesso pelas autoridades públicas a instalações desportivas, entre outros benefícios; da mesma forma, as associações desportivas, em particular as escolas, universidades e empresas estarão abertas a pessoas incapacitadas. Realçam-se, também aqui, os fins sociais do Desporto e a sua importância para as comunidades.

¹¹⁷ Com indicação do que se deve incluir nos rendimentos no art. R. 122-2º.

¹¹⁸ Com desenvolvimento no art. R. 122-3º.

¹¹⁹ Para a determinação destes valores, recorre-se à média dos rendimentos obtidos e remunerações pagas durante os últimos 3 anos financeiros, com base na contabilidade da Associação.

¹²⁰ Havendo, naturalmente, uma relação incontestável entre ambas, como se vê desde logo pela obrigação, nos termos do L122-16º, de a Associação desportiva conservar a disposição, a título gratuito, dos símbolos distintivos usados pela Sociedade desportiva ou a ela cedidos; e, por outro, a Associação desportiva que constitui uma Sociedade desportiva é destinatária das deliberações dos órgãos dirigentes da sociedade, é o que dispõe o L122-17º.

Nesse sentido, desenvolve-se no art. L122-2º as formas societárias possíveis, que se dividem em: Sociedade de responsabilidade limitada com apenas um sócio, denominada sociedade unipessoal de responsabilidade limitada; Sociedade anónima de objeto desportivo; Sociedade anónima desportiva profissional; Sociedade de responsabilidade limitada; Sociedade anónima; Sociedade de ações simplificadas. Em nosso entendimento, no entanto, esta fragmentação¹²¹ entre tantos tipos societários não é positiva, uma vez que é suscetível de levar a diferenciações em termos de responsabilidades, direitos e deveres entre os vários clubes – como por cá se verificou regime de 97¹²². Apesar de dar mais possibilidade de escolha aos clubes, parece-me que é mais razoável haver apenas uma forma societária. Até porque os Clubes serão sempre, acreditamos, de grandes dimensões em termos de rendimentos e gastos, pelo que a forma de Sociedade Anónima aplicar-se-á adequadamente, com as inerentes maiores responsabilidades de fiscalização e controlo.

Nos artigos seguintes continua a desenvolver-se o regime destas sociedades desportivas, em especial sobre as proibições e imposições em matéria financeira. Entre essas disposições¹²³, destacamos três. O art. L122-6º, com a previsão de que a Associação desportiva tem de deter pelo menos 1/3 do capital social e dos direitos de voto em Assembleia Geral da Sociedade Anónima de objeto desportivo que criou¹²⁴. O art. L122-10º, que estabelece a afetação do lucro da Sociedade Anónima de objeto desportivo (e da Sociedade unipessoal desportiva de responsabilidade limitada) à constituição de reservas, não podendo haver distribuição (salvo se as ações tiverem sido objeto de oferta ao público ou admitidas a negociação num mercado regulado). E o art. L122-8º, tendo em vista a transmissão ou cessão para o público de instrumentos financeiros dando acesso ao capital ou direitos de voto, diz que as Sociedades desportivas mencionadas no art. L122-2 têm de inserir num documento específico informações relativas ao seu projeto de desenvolvimento de atividades desportivas

¹²¹ A que ainda se pode acrescentar as Sociedades de economia mista, se tiverem sido constituídas antes de 29 de dezembro de 1999, como o indica o art. L122-2º.

¹²² Mesmo as Associações merecem alguma regulação financeira, tal como por cá, prevendo-se para isso o ponto 2 do art. R.121-3º, sobre disposições necessárias nos Estatutos relativamente à transparência da sua gestão.

¹²³ Que são várias. O art. L122-7º, segundo o qual é proibido à mesma pessoa privada controlar, exclusiva ou conjuntamente, várias sociedades desportivas cujo objeto social se foque na mesma modalidade ou que exerça sobre elas uma influência notável, ou ser dirigente (que, nos termos do art. L122-5º, não podem receber qualquer remuneração pelas suas funções) e de mais do que uma sociedade desportiva em que o objeto social se foque na mesma modalidade. No seguimento deste artigo, e dirigido a pessoas privadas nas condições do L122-7º, o L122-9º, que acrescenta que lhes é proibido não só fazer um empréstimo a outra sociedade desportiva cujo objeto social persiga a mesma modalidade, mas também ser garante em favor de uma dessas sociedades. Ou o L122-11º, segundo o qual as Sociedades Desportivas não podem beneficiar dos benefícios concedidos pelas Autoridades Locais e Regionais na legislação correspondente.

¹²⁴ Exceto nos casos expressamente previstos, a autoridade administrativa pode-se opor a qualquer transferência de títulos conferindo direitos de voto.

e de aquisição de ativos destinados a reforçar a sua estabilidade e perenidade, tal como a detenção de um direito real sobre os equipamentos desportivos utilizados para a organização de eventos ou competições desportivas em que elas participem.

Por fim, importa ainda frisar o art. R. 122-8º, onde se definem as estipulações necessárias no acordo entre a Associação Desportiva e as Sociedade, mencionado no art. L.122-14º; de todas elas, destacamos o seu primeiro ponto, que refere a necessidade de haver uma definição entre as atividades relativas ao setor amador e ao setor profissional, competentes, respetivamente, à Associação e à Sociedade – que foi precisamente o ponto de partida deste estudo.

d) Inglaterra

Em Inglaterra não existe legislação específica destinada aos Clubes Desportivos, pelo que não existe a obrigatoriedade de constituição de Sociedades e respetiva regulação. Ainda assim, a formação de Public Limited Companies tornou-se padrão – nalguns casos até se criariam Holdings, equivalentes às nossas Sociedades Gestoras de Participações Sociais –, que demonstra o desejo dos próprios Clubes terem à sua mercê os direitos e deveres da forma societária.

Apesar de não haver uma Lei exclusiva para este âmbito, os Estatutos da Liga Inglesa (Premier League Handbook) preveem um conjunto de disposições a cumprir pelos Clubes. Entre essas, destacamos: D.1, relativa à Liga negociar contratos para a transmissão em direitos dos jogos; D.16, relativa à distribuição dos rendimentos obtidos dos direitos de transmissão no Reino Unido (1/2 consiste no “Basic Award Fund”¹²⁵, 1/4 no Merit Payments Fund¹²⁶ e o outro 1/4 no Facility Fees Fund¹²⁷); D.19, relativa aos direitos de transmissão para o estrangeiro, cujos rendimentos são distribuídos da mesma forma que o Basic Award Fund; D.21, relativa aos contratos comerciais, cujos rendimentos são distribuídos de forma equivalente entre os Clubes; D.24, relativa aos direitos de rádio, cujos rendimentos são distribuídos de forma equivalente entre os Clubes; D.25 e D.26, relativamente às quotas que

¹²⁵ Cada Clube recebe uma quota, e os relegados à 2ª Liga uma percentagem definido na Regra D.25.

¹²⁶ Conforme o nome indica, premeia o mérito desportivo de cada temporada. Assim, o primeiro classificado recebe 20 quotas, o segundo recebe 19 quotas, o terceiro recebe 18 quotas, e assim sucessivamente, até ao último classificado que recebe uma quota.

¹²⁷ Determinado pela Direção da Liga para os Clubes que participaram (quer como visitados, quer como visitantes) em Jogos com transmissão televisiva em direto ou dos quais foram gravados excertos.

os Clubes relegados à 2ª Liga irão receber durante os três anos após esse evento; E.1, segundo a qual a Direção da Liga tem o poder para inspecionar os registos financeiros de qualquer Clube que razoavelmente suspeitem ter violado as regras dos Estatutos; E.3 e seguintes, segundo os quais cada Clube deverá submeter à Direção da Liga, no dia 1 de março de cada temporada, uma cópia das suas contas anuais relativas ao ano financeiro mais recente (ou possivelmente as contas do Grupo em que esteja inserido), além de uma cópia do relatório dos Diretores do Clube para esse ano e uma cópia do relatório dos auditores relativamente a essas contas; E.11 e seguintes, relativa a uma “Future Financial Information” que os Clubes também terão de entregar, segundo o estabelecido; E.14 e E.15, relativo ao incumprimento do conjunto de regras da Secção E referidas, tendo a Direção da Liga o poder para: requerer que os Clubes se submetam, aceitem e adiram a um orçamento com regras específicas (H1.1-H1.3), requerer que os Clubes providenciem informações adicionais que a Direção da Liga determine durante o período que entender, e recusar qualquer aplicação por um Clube para registar qualquer jogador ou novo contrato se a Direção da Liga razoavelmente considerar que isso é necessário de forma a assegurar que o Clube cumpre com as suas obrigações (listadas na regra E.14.7); E.16, regras relativas à proposta por outra Pessoa para adquirir o controlo do Clube (as consequências para a sua posição financeira no futuro, e provas por parte dessa Pessoa da fonte e quantidade suficiente do investimento a que se propõe fazer ou tornar disponível para o Clube); E.18 (disposição, em nossa opinião, bastante interessante e inovadora), segundo a qual se nas três temporadas a contar da elaboração destes Estatutos (para a época 16/17) os gastos do Clube com serviços dos jogadores e pagamentos de contratos de imagem excederem certos montantes (67m£ na primeira época, 74m£ na segunda e 81m£ na terceira), será avaliado segundo o estabelecido nas regras E.19 ou E.20 (sendo que, face a estas três regras, pode a Direção da Liga requerer informações adicionais); na avaliação prevista pela regra E.19, o somatório dos gastos do Clube com serviços dos jogadores e pagamentos de contratos de imagem não pode ter aumentado em mais de 7m£ quando comparado com a temporada anterior, ou, se o tiver feito, tem de ser resultado de acordos contratuais feitos antes de 31 de janeiro de 2013, ou financiado apenas com o aumento de receitas do próprio Clube comparativamente à temporada anterior ou à média do lucro com negociações de jogadores nos últimos 3 anos; na avaliação prevista pela regra E.20, o somatório dos gastos do Clube com serviços dos jogadores e pagamentos de contratos de imagem não pode ter aumentado em mais de 19m£ na temporada 16/17, 26m£ na temporada 2017/2018 ou 33m£ na temporada 2018/2019 comparativamente com a época de 2012/2013

(ou, se o tiver feito, a mesma previsão da regra E.19); E.23, prevendo que cada Clube deverá providenciar certificações trimestrais à Direção da Liga para confirmar que, no máximo, exista um atraso de 28 dias no cumprimento de obrigações perante a HMRC (“Her Majesty Revenue and Customs”) em respeito ao imposto PAYE (“Pay As You Earn”) e contribuição NIC (“National Insurance Contributions”); E.26 e seguintes, em que se prevê que se o Clube (ou Clube regulado) esteja em dívida a um credor, a Direção da Liga tem o poder de deduzir esse montante dos pagamentos por direitos de transmissão e contratos comerciais; E.30 e seguintes, regras relativa à Insolvência dos Clubes, com sanções desportivas (dedução de 9 pontos) das regras E.40 e seguintes; F.1 e seguintes, relativas aos eventos desqualificantes para um indivíduo ser Dono ou Diretor de um Clube; G.1 e seguintes, relativas à Divulgação de Propriedade e outros significativos interesses a que o Clube deve dar aviso à Direção da Liga; H.1 e seguintes, segundo as quais deve haver um registo de Transações Materiais, que compreende qualquer pagamento ou obrigação financiamento em favor de um Clube e registado na sua contabilidade, compreendendo compensações financeiras, somas contingentes ou encargos de empréstimos, remunerações de jogadores (e respetivos benefícios), pagamentos em benefício de intermediário e pagamentos a terceiros – este registo deverá estar disponível para os Diretores do Clube, os seus auditores e para a Liga; e I.1 e seguintes, relativamente à relação entre Clubes e seus oficiais (não devendo haver qualquer poder de influência entre as partes, aquisição de ações ou domínio de outro Clube, empréstimos, garantias de dívidas ou obrigações).

Entre as numerosas regras previstas nos Estatutos da Liga Inglesa, estas são as que mais nos interessam para a correta gestão de um Clube. A sua discussão e comparação terá lugar noutro capítulo, visto que, tal como face à Resolução do Parlamento Europeu, em muitas delas estamos plenamente de acordo.

e) Itália

Finalmente, no último país que pretendemos aqui analisar, a Itália também se tem destacado por um conjunto de medidas, algumas das quais com forte impacto na sua realidade desportiva. Em questão está a Lei nº 91 de 23 de março de 1981, norma em matéria de relações entre a sociedade e o desporto profissional.

Nos artigos iniciais, tal como nos restantes ordenamentos jurídicos, preveem-se várias normas de garantia de valores importantes¹²⁸.

No art. 10º, inicia-se a previsão de normas com referência às Sociedades. Apesar de não de forma direta, também por cá se restringe o Desporto profissional às Sociedades; de facto, é dito que apenas podem estipular contratos com atletas profissionais os Clubes sob a forma de “Società per azioni” ou de “Società a responsabilità limitata”, sendo ainda obrigatória para uma sociedade desportiva profissional a nomeação de uma Direção de Auditores. Outro aspeto que nos parece aqui particularmente relevante: no ato constitutivo é necessário estipular que a sociedade pode apenas desenvolver exclusivamente atividades desportivas e atividades que sejam conexas ou instrumentais. Além disso, o ato constitutivo tem ainda de salvaguardar que uma parte dos lucros, não inferior a 10%, seja destinada a escolas de formação e formação técnico-desportiva. Tal como temos vindo a defender ao longo deste estudo, também neste diploma se verifica a especificidade das Sociedades desportivas formadas a partir de Clubes, na sua atuação, obrigações e fins.

Como também é expectável, esta Lei previne-se com algumas medidas de segurança, nomeadamente o art. 13º, que prescreve um poder de denúncia ao tribunal a que a Federação pode proceder em relação às Sociedades, no que toca a graves irregularidades no cumprimento dos deveres dos administradores (denúncia do art. 2409º do Código Civil italiano). E, da mesma forma, o art. 12º, segundo o qual as Sociedades são sujeitas ao controlo e consequentes medidas estabelecidas pela Federação desportiva, com o objetivo de se verificar o equilíbrio financeiro e, assim, garantir-se o regular desenvolvimento do campeonato desportivo.

Mas é no art. 18º-bis que encontramos aquele que viria a tornar-se o, por ventura, traço mais distintivo da lei italiana. Introduzido pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 282 de 24 de dezembro¹²⁹ pelo Governo de Silvio Berlusconi – Presidente, em simultâneo, do AC Milan – numa altura de dificuldades financeiras nos campeonatos profissionais italianos, dizia este

¹²⁸ Sequencialmente, nos artigos 7º, 8º e 9º, a previsão de proteção de saúde, seguro pelo risco e benefícios de reforma, respetivamente, mas também no artigo 6º, ao prever-se um prémio de treino e formação técnica concedido pela Federação em favor das Associações desportivas ou Sociedades que assinem o primeiro contrato com um atleta (onde este tiver jogado o seu último jogo amador ou de júnior); esse prémio deve ser reinvestido na prossecução de objetos desportivos. Há aqui, portanto, um forte incentivo que nos parece bastante benéfico para todas as partes; e sendo que o próprio prémio se destina à prossecução de fins desportivos, não lucrativos – isto é, a Federação pretende que as Associações ou Sociedades desenvolvem atividades desportivas.

¹²⁹ Conhecido como “Salva Calcio”, Decreto-Lei fiscal: escudo fiscal de 2,5%, disposição imobiliária e IVA das partidas; disposição urgente em matéria de obrigações comunitárias e fiscais, de coleta e de procedimento contabilístico.

artigo, no seu nº1, que as Sociedades podiam inscrever numa conta especial (no primeiro balanço aprovado após a data de entrada em vigor da disposição) entre os ativos que oneram plurianualmente através de amortizações, o montante de desvalorização dos direitos plurianuais das prestações desportivas dos atletas profissionais ao longo de 10 anos¹³⁰ (e não atendendo ao número de anos do contrato, como usualmente se determina). No DL observavam-se mais disposições, mas tornou-se esta a mais relevante para a história dos italianos, alterando as regras de amortizações e, assim, facilitando a contabilidade dos Clubes¹³¹.

Inevitavelmente¹³², esta disposição viria a ser revogada no Decreto-Lei nº 115, de 30 de junho de 2005¹³³, no seu art. 6º, até ao fim do exercício económico de então ou 31 de dezembro de 2006, repondo-se o sistema tradicional de amortizações. Apesar do desenvolvimento dos efeitos desta medida se afastar ligeiramente do que aqui pretendemos compreender, não deixa de ser uma das mais conhecidas previsões da Lei italiana, pelo que entendemos ser correto também apresentarmos um resumo das suas consequências. Além disso, também serve como uma excelente representação de que o caminho legislativo dificilmente pode passar por manobras contabilísticas que embelezem as contas, sem real benefícios a longo-prazo e sobrecarregando a tesouraria. Tem, isso sim, de se prever de forma apropriada a sustentabilidade dos Clubes atendendo à realidade das circunstâncias em questão, a uma correta fiscalização e intervenção por parte das entidades competentes.

¹³⁰ Atendendo ao nº 2 do mesmo artigo.

¹³¹ Na prática, a contratação de um jogador por 40 milhões de euros com um contrato de 4 anos, segundo as regras normais seria amortizada em 10 milhões por ano durante a vigência desse contrato, mas através dessa medida seria amortizada em partes iguais de 4 milhões por ano ao longo de uma década, com um impacto bastante reduzido para cada época financeira. Desta forma, não só se concretizaram várias transferências por valores nas dezenas de milhões, como se verificaram diversas negociações entre Clubes italianos, por quantias relativamente elevadas e frequentemente com curtas estadias em cada equipa. Ora, com estas atuações, esta medida permitiu a aquisição dos jogadores mais talentosos por valores mediáticos sem consequências a curto-prazo – possivelmente a situação já seria diferente em termos de tesouraria –, mas que, ao longo dos anos, criaria um esforço extra orçamental para cada época no futuro. Mais do que isso, esta medida também levou a consequências ainda mais gravosas: é que, contabilisticamente, se as vendas eram percebidas por inteiro para o balanço, já as contratações seriam amortizadas em 10 anos – daí as referidas sucessivas compras e vendas entre os italianos –, levando a que nos primeiros anos em que isto se verificou se gerassem lucros para as Sociedades, mas a longo-prazo, por esta bolha que ia crescendo, o peso que acarretava se tornaria insustentável. Prova disto seriam as sucessivas insolvências que se verificariam no campeonato, mesmo entre alguns dos maiores clubes, e as discrepâncias entre os balanços segundo as normas contabilísticas adotadas pela UEFA e os balanços com a adoção do disposto no art. 18º-bis.

¹³² Até pela incompatibilidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), obrigatórias para todas as empresas europeias a partir de 2005

¹³³ Disposições urgentes para assegurar a funcionalidade do setor da administração pública.

6. Conclusão. Soluções possíveis

Realizado todo o estudo que se nos afigurou necessário, estamos finalmente em condições de avançar com as nossas Conclusões, suportados por todo o enquadramento legislativo nacional e internacional e com a contextualização não só do que antecedeu as anteriores legislações, mas também do presente momento.

Em suma, parece-nos que estamos perante uma área muito cinzenta, não só havendo algumas dúvidas sobre os reais fins (ou em que patamar se colocam) das Sociedades Desportivas, mas também sendo difícil definir o que é lucrativo ou não na área desportiva e qual a forma de gestão mais correta no seio societário; sobretudo no futebol, que é reconhecidamente *sui generis*. Esta dificuldade é suscetível de levar a problemas com o art 6.º do CSC, daí que a figura da Sociedade Desportiva com fins lucrativos poderá não ser a mais indicada¹³⁴.

Em nossa opinião, o mais apropriado seria voltar ao estatuto de Sociedades Desportivas com fins desportivos, por ser o que mais se adequa à realidade existente, aproveitando o regime atual e sem os problemas já referidos da lei de 95.

Assim, já não haveria o problema do art. 6.^{o135}, podendo os membros da Direção tomar as decisões a nível de gestão que melhor entendessem; obtinha-se a transparência e rigor necessários, com as normas exigentes de controlo da forma societária e o seu sistema de responsabilização; a prática de só procurarem orçamentos não-negativos seria aceitável; poderiam exercer atividades económicas de qualquer maneira, apesar de não as visarem como um fim em si mesmo; e a estrutura de rendimentos/ganhos operacionais e a possibilidade de

¹³⁴ Também com reservas quanto ao regime atual, SERRAS SOUSA, “Direito aos lucros...”, pp. 176 e 177: “(...) os esperados fins lucrativos nunca vincaram, subjugando-se, impreterivelmente, a um interesse maior, o desportivo.” e “Ao que tudo indica, há a tentativa de aperfeiçoar [com o novo DL] estas sociedades, retomando o seu objeto desportivo, num primeiro plano, e secundariamente, a vertente económica, se assim houver possibilidade. O tempo responderá se tal sistematização é a que melhor se coaduna entre os clubes, a realidade societária e as expectativas desportivas.”. Vai de encontro, também, a uma divisão existente na doutrina – JOÃO MIGUEL ASCENSO, “As sociedades não lucrativas...”, pp. 836 ss. - entre sociedades declaradamente sem escopo lucrativo e sociedades de facto sem escopo lucrativo, sendo que o autor acredita que estas segundas são, neste caso em concreto, o molde para uma sociedade ideal, englobando ambos os elementos - resultado desportivo e dimensão lucrativa (p.174).

¹³⁵ FÁTIMA RIBEIRO, “Sociedades...”, p. 43: “(...) *ratio* legislativa que esteve e está subjacente à conveniência de imposição de constituição de sociedade desportiva àqueles clubes que participem em competições de natureza profissional, que é a de assegurar, entre outras coisas, a tutela dos interesses dos credores sociais, através da sujeição a regras que possam garantir, na medida possível, a sustentabilidade financeira destas sociedades.”.

captação de investimento manter-se-ia, visto que não necessitariam de um fim lucrativo para esse desiderato.

Seriam estas as principais vantagens das Sociedades Desportivas de fins desportivos, aproveitando-se o melhor: por um lado, da estrutura societária, não só pela possibilidade de captação de investimento, mas também pelo sistema já consagrado de responsabilização dos membros da administração, nos termos do art. 71.º e ss. do CSC; por outro lado, seria uma sociedade com algumas feições associativas e marcadamente desportivas¹³⁶, assumindo diretamente esse propósito de relação com o Clube fundador, que, na prática, a legislação em vigor acaba por o reconhecer no seu conjunto normativo, mas sem que esclareça, de forma clara, o teor do fim de uma Sociedade Desportiva.

Esta posição poderá, no entanto, ser controversa, visto que, assumir o cariz desportivo é aproximar-se, de certa forma, da estrutura associativa (ou, pelo menos, afastar-se da tradicional societária), à qual desde há muito se fazem críticas neste âmbito¹³⁷. Apesar de não a defendermos como solução ideal, pelas outras vantagens que a Sociedade confere, também não escondemos que, em nosso entendimento, as Sociedades Desportivas não poderão olvidar a sua forma de Clube como base; e, repetimos, não nos parece que seja necessária a forma clássica de Sociedade com fins lucrativos para a prática desta atividade. Vejamos, então, o que se lhe aponta.

Desde logo, o desenvolvimento do desporto como atividade económica. Apesar de tal ser correto, não pode ser descontextualizado ou vista como uma atividade em si mesma. Chamamos, assim, à colação um excerto da situação dos anos 80 do século passado, relatada por Ricardo Costa¹³⁸: “Com receitas exíguas – quotas dos associados, venda de bilhetes de ingresso nos espetáculos e jogos desportivos, receitas obtidas com a exploração do jogo do

¹³⁶ Outro excerto neste sentido retira-se de JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Leis...”, p. 14, “Por outro lado, a direção seguida na adoção (sem tibiezas) destas consequências da visão empresarial do desporto, não pode pôr em causa aquilo que constitui, por assim dizer, uma herança cultural, um dividendo da história desportiva nacional, a saber, a natureza do clube desportivo. Os clubes desportivos são associações sem intuítos lucrativos, cuja existência e atividade são socialmente úteis, existindo um espaço de identidade entre os interesses particulares e as aspirações da comunidade em geral. Daí que os clubes tenham adquirido, em regra, o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública. Ora este posicionamento, bem como o respeito pelo seu substrato pessoal – os associados – e patrimonial – em particular o desportivo edificado – devem ser valorados quando se pensa atingir novas formas de atuação dos clubes” e, também de JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Dicionário...”, p. 183, “Isto é, não se determina a transformação dos clubes em outro tipo de entidade – por exemplo, em sociedades –, antes se afirma que a busca de uma solução específica para a organização e gestão da sua intervenção nas competições desportivas de carácter profissional, não pode pôr em causa a natureza e estatuto jurídico do clube desportivo”.

¹³⁷ Recolhemos algumas delas a partir de RICARDO COSTA, “A posição...”, p. 135.

¹³⁸ RICARDO COSTA, “A posição...”, p. 134.

bingo e com as apostas mútuas (em pequena percentagem), receitas publicitárias, rendimentos derivados da alienação dos direitos de transmissão televisiva e dos direitos laborais de “cedência e transferência” de atletas (numa percentagem mais relevante, nomeadamente se atentarmos nos clubes de maior expressão nas várias modalidades”. Ou seja, excetuando as Provas UEFA e a Corporate Hospitality¹³⁹, a estrutura de Rendimentos e Ganhos Operacionais de então, do Clube, é extremamente similar à de hoje, das Sociedades Desportivas; a única alteração foi a própria dimensão e mediatismo que o desporto alcançou nas últimas décadas¹⁴⁰, em particular o futebol, por um conjunto de fatores como o crescimento dos principais campeonatos, as transferências pelos direitos desportivos de jogadores e seus salários sempre a escalar, os investimentos de milionários nalguns dos maiores clubes ou a importância que a publicidade e direitos televisivos alcançam nos dias de hoje; tudo fazendo aumentar o volume de rendimentos e ganhos. Portanto, isto em nada depende da forma de organização jurídica – se enquanto Associações, se enquanto Sociedades –, mas sim da própria evolução dos tempos¹⁴¹¹⁴². Daí que não nos pareça, novamente, que as condições que se proporcionam a nível da capacidade económica dependam da forma jurídica adotada¹⁴³.

Depois, pela obtenção de “capital fresco” que a Sociedade pode possibilitar, em face do endividamento excessivo e galopante, e que não é possível nas Associações. Tendo em conta que o regime de imposição da forma societária, de 2013, é relativamente recente,

¹³⁹ Como indicado, p. ex., no R&C de 14/15 da FC Porto, SAD, “Este negócio, que de forma resumida, consiste na cedência de um conjunto de produtos e serviços destinados a empresas e que incluem os direitos de utilização de camarotes e lugares para empresas no Estádio do Dragão para assistir a jogos do FC Porto”. <<http://www.fcporto.pt/Relatrios%20de%20Contas/RCConsolidado20142015.pdf>>, p.13.

¹⁴⁰ Como fomos referindo através de diversas fontes neste estudo.

¹⁴¹ JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Dicionário...”, p. 74, constata essa mesma evolução no fenómeno desportivo: “A junção, no tempo histórico, da televisão com a prática profissional de determinadas modalidades desportivas, veio transformar radicalmente o quadro desportivo anterior. A uma prática desportiva possível de ser acompanhada por milhares, sucede-se uma outra, à mão de centenas de milhares e mesmo de milhões de espectadores, prática desportiva essa desenvolvida em níveis máximos de excelência do rendimento desportivo. Para esta globalização foi também decisiva a influência que desempenharam os interesses publicitários. Ciente da importância da televisão como meio de comunicação da mensagem publicitária e do carácter apelativo dos grandes eventos desportivos, a atividade publicitária não perdeu tempo em adicionar-se àquelas realidades”.

¹⁴² Também J. J. GOMES CANOTILHO, “Internormatividade desportiva e homo sportivus”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias, vol. IV, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, p. 161, apresenta uma visão similar: “A multidimensionalidade de que falam alguns autores mais não é senão a expressão da relevância socioeconómica do fenómeno desportivo (...) Ao evoluir para uma atividade socioeconómica (...) Acresce que, o desporto passou a estar subordinado à hierarquia dos tempos televisivos e a hierarquia das várias modalidades desportivas é determinada pela sua capacidade de prime-time (...) A economicização do desporto...”.

¹⁴³ Aliás, Clubes como o Real Madrid ou o Barcelona mantêm-se como Clubes, não foram constituídas SADs. Ou por exemplo em Inglaterra, muitos clubes já saíram da bolsa (até o Manchester United), sendo que em 2011 apenas havia 2 clubes cotados, o Arsenal e o Tottenham, e este último já previa a sua saída da bolsa em janeiro de 2012.

aguardamos com alguma expectativa para perceber a real utilidade que as Sociedades Desportivas portuguesas podem assumir nesta vertente – se realmente conseguem obter investimento significativo, ou, até, se há sequer condições atraentes para captar acionistas para os campeonatos portugueses – mas é um facto que já houve um caso de sucesso no futebol português: a Estoril Praia, SAD, adquirida em 74% em 2010 pela empresa Traffic¹⁴⁴; desde então, subiram da 2ª liga à 1ª, disputaram competições europeias pela primeira vez na sua história e lançaram vários jogadores (e um treinador) para SADs de outra dimensão por transferências avultadas, estando agora a mesma empresa na disposição de vender a sua parte – tendo sido público o interesse de investidores nacionais e estrangeiros na ordem dos 8M€¹⁴⁵. A partir do momento em que existe este caso de sucesso, será difícil ir-se contra a existência das Sociedades Desportivas, porque efetivamente possibilitaram o desenvolvimento de um Clube (em vários aspetos). E apesar de continuarem a existir alguns problemas a nível de gestão mesmo para Sociedades Desportivas¹⁴⁶, é também factual que tem havido interesse de investidores (sobretudo em clubes de menor dimensão¹⁴⁷), pelo que deve ser possibilitada essa forma de captação de capital aos Clubes; e é uma das vantagens que reconhecemos às Sociedades perante as Associações. Se, ainda assim, uma Sociedade Desportiva preferir manter-se mais como um Clube no que toca à sua gestão, não a deixando para algum investidor externo que adquira a maioria do capital¹⁴⁸, estão também reunidas as condições,

¹⁴⁴ <<https://www.publico.pt/noticia/traffic-assume-controlo-do-estorilpraia-1460776>>

¹⁴⁵

<http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/desporto/detalhe/compra_da_sad_do_estoril_faz_parte_de_plano_de_reabilitacao_de_joao_lagos.html>

¹⁴⁶ P. ex., <<http://www.noticiasdeaveiro.pt/pt/34439/beiramar-omar-scafuro-diz-que-foi-enganado-por-majid-pishyar/>> <http://desporto.sapo.pt/futebol/campeonato_nacional_seniores/artigo/2015/07/03/maioria-da-nova-sad-do-leiria-nas-maos-de-empresarios-russos>

<http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/pj_faz_buscas_na_luz_e_em_alvalade.html>

<http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/desporto/detalhe/sad_do_belenenses_pede_para_ficar_sob_processo_especial_de_revitalizacao.html>

¹⁴⁷ Por exemplo, e além do Estoril: o Belenenses, <<http://web3.cmv.m.pt/sdi2004/emitentes/docs/fsd26577.pdf>>; Aves, <http://desporto.sapo.pt/futebol/segunda_liga/artigo/2015/07/14/desportivo-das-aves-apresenta-novo-administrador>; Freamunde, <http://desporto.sapo.mz/futebol/segunda_liga/artigo/2015/01/24/s-cios-do-freamunde-aprovam-sad-e-aliena-o-da-maioria-do-capital-social-a-terceiros>; Olhanense, <<http://visao.sapo.pt/lusa/olhanense-sad-anunciou-composicao-do-conselho-de-administracao=f737661>>; Atlético, <http://www.ojogo.pt/Futebol/2a_liga/Atletico/interior.aspx?content_id=3556467>; Leiria, <http://desporto.sapo.pt/futebol/campeonato_nacional_seniores/artigo/2015/07/03/maioria-da-nova-sad-do-leiria-nas-maos-de-empresarios-russos>; Fátima, <<http://www.abola.pt/nnh/ver.aspx?id=582457>>; Torreense, <http://desporto.sapo.pt/futebol/campeonato_nacional_seniores/artigo/2015/06/05/chineses-adquirem-controlo-da-sad-do-torreense>; ou Beira-Mar, <<https://www.publico.pt/noticia/beiramar-oficializa-escritura-da-sad-com-investidor-iraniano-majid-phishyar-1506735>>

¹⁴⁸ Não se sujeitando a uma possível atuação oportunista de investidores externos.

através dos regimes legais nos termos do art. 23.º, n.ºs 1¹⁴⁹ e 4¹⁵⁰, para que o Clube detenha uma grande percentagem das ações da Sociedade, como até se verifica nas principais SADs portuguesas¹⁵¹¹⁵². É, assim, uma solução conformadora dos diversos interesses possíveis por parte dos Clubes e dos caminhos que pretendam trilhar no seu futuro.

Também se diz que os Diretores dos Clubes “eram eleitos em nome de critérios que escapavam a pouco mais do que a sua popularidade e fortuna pessoal”, o que não discordamos. Mas isso mudou hoje em dia, com a concretização das Sociedades Desportivas atuais? Não nos parece. Assim como, da mesma forma, não se notam mudanças no processo de tomadas de decisões em Sociedades que o Clube detenha a maioria, visto que os sócios de Sociedades Desportivas continuam a caracterizar-se pelo lado emotivo (e as propostas a apresentar em Assembleias, independentemente das conjunturas, quando há ligação afetiva à Direção, são aprovadas de forma praticamente unânime).

Daí que a principal crítica às Associações em que concordamos se verifique com o incumprimento das contribuições sociais, com a má gestão e a falta de fiscalização. Os propósitos fulcrais com as alterações legislativas¹⁵³ sempre foram alcançar um patamar organizacional que possibilitasse maior rigor, transparência e responsabilização na gestão dos

¹⁴⁹ “Nos casos referidos na alínea c) do artigo 3º, a participação direta do clube fundador na sociedade anónima desportiva não pode ser inferior a 10 % do capital social.” O anterior art. 30.º, n.º 1 do DL 67/97 previa um patamar mínimo de 15% e máximo de 40%.

¹⁵⁰ “O clube fundador pode também participar no capital social da respetiva sociedade desportiva através de uma sociedade gestora de participações sociais, sem prejuízo do disposto no n.º 1”.

¹⁵¹ O FC Porto, Clube a 18 de fevereiro de 2016, em conjunto com os membros da Direção, detinha 75,8% das ações da SAD (António Oliveira detinha 7,34%, Joaquim Oliveira 6,68% e os Outros acionistas apenas 10,18%); pode ser vista uma infografia aqui: http://cdn.cmjornal.xl.pt/files/2016-04/01-04-2016_00_39_39_InfoEstruturaAcionista_FCPortoSAD.pdf, ou, de forma mais completa, no Prospeto de admissão à negociação no Euronext Lisbon da Euronext Lisboa – Sociedade gestora de mercados regulamentados, S.A., de 7.500.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais, de valor nominal de 5 euros cada, p. 97 e ss. http://www.fcporto.pt/Comunicados/Prospeto_Versao-Publicada.pdf. O SL Benfica, em 26 de junho de 2015, 66,97%: <http://www.slbenfica.pt/Portals/0/Documentos/ObrigacoesBenficaSAD20152018.pdf>, p. 101. E o Sporting CP, na elaboração do R&C 14/15, 63,96%: <http://cdn.sporting.digitaljump.xyz/sites/default/files/relatorioecontas-bx.pdf>, p. 29 (sendo que em 11/12 até detinha perto de 90%).

¹⁵² De forma pertinente, RICARDO COSTA, “A posição...”, p. 156 e 157, face ao regime de 97: “(...) o certo é que o n.º 4 do art. 30º legitima que, por exemplo, o clube X seja o único sócio da sociedade «X Investimentos e Participações, SGPS, Unipessoal, Lda.» e ambos os sujeitos constituam a sociedade desportiva «X, Futebol, SAD», na qual o clube X participa em 40% do capital (art. 30.º, n.º 1 do RJSAD) e a SGPS participa em 55%, estando os restantes 5% disseminados por dirigentes e sócios do clube fundador. Esta hipótese apenas confirma que a lei permite a constituição originária de SADs materialmente unipessoais, em que o verdadeiro sócio interessado é um só – o clube fundador – e os restantes sócios são uma sociedade participada (exclusivamente, na forma ou na substância) pelo clube fundador (que se vê por “desconsideração da personalidade” da SGPS) e testas-de-ferro que contribuem para compor a pluralidade mínima exigida para a constituição de uma sociedade anónima. E, dado que as circunstâncias exemplificadas se inspiram na prática, fica demonstrado o modo como se tem aplicado a faculdade oferecida por lei: ainda e sempre para o benefício do clube fundador.”.

¹⁵³ E não só por cá, como também já abordamos previamente.

clubes¹⁵⁴; defender os credores do clube e ganhar uma mais-valia em termos de segurança do tráfico. É aí (além da já referida possibilidade de capitalização) que defendemos não a estrutura associativa para os Clubes, nem a Sociedade tradicional de fins lucrativos, mas sim uma Sociedade de fins desportivos.

Concordamos sem qualquer tipo de dúvidas com esses objetivos e este sim é o ponto em que, na nossa opinião, se revela a maior valia das Sociedades. Se ponderarmos também a possibilidade de captação de investimento externo, e a conexão sempre necessária com o Clube, que está na sua origem, chegamos ao resultado final das Sociedades de fins desportivos. Aproveitar as vantagens de cada figura para uma realidade muito específica, e que, por isso mesmo, merece também um regime específico.

Podem levantar-se algumas dúvidas à figura da Sociedade com fins desportivos, não lucrativos. Mas este é um assunto que está cada vez mais em foque¹⁵⁵, já que até nas Sociedades tradicionais se levanta a questão: será o escopo lucrativo um elemento essencial para uma Sociedade?

A doutrina tem discutido esta matéria, que levanta polémica¹⁵⁶, mas existe atualmente uma tendência para mitigar o escopo lucrativo, pelo menos no sentido que tradicionalmente

¹⁵⁴ Em mais uma passagem de JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Dicionário...”, p. 182, “Gerindo elevados orçamentos, movimentando-se em áreas económicas extradesportivas ou acessórias da atividade desportiva, assumindo crescentes débitos para os clubes desportivos que se envolvem em competições desportivas profissionais, as regras existentes para as associações sem fins lucrativos, mostram-se inadequadas, fundamentalmente no que diz respeito à assunção de responsabilidades e à defesa dos credores. O respeito do património clubístico, humano e patrimonial, e a obtenção de segurança nas relações que os clubes desportivos estabelecem com outros agentes – desportivos e económicos –, têm vindo a ditar normas mais exigentes de organização e de responsabilidade jurídica e económica dos seus dirigentes. Em suma, se bem atentarmos, é a prática em moldes profissionais de determinada modalidade desportiva que determina necessidades específicas de organização, pois as respostas tradicionais não as podem satisfazer, sem pôr em risco a existência dos próprios clubes ou de parte significativa do seu património. É como parte integrante desta filosofia, que informa todas as soluções europeias, que nos surge no ordenamento desportivo a sociedade desportiva”.

¹⁵⁵ Tendo em conta a natureza do trabalho, não seremos exaustivos nas posições manifestadas pela doutrina portuguesa, que é vasta a este respeito.

¹⁵⁶ Autores como Raúl Ventura, Oliveira Ascensão, Lobo Xavier ou Coutinho de Abreu defendem que o lucro direto é um elemento essencial do contrato de sociedade, ao contrário de outros como Ferrer Correia, Menezes Cordeiro ou Pedro Pais de Vasconcelos. Argumentam estes últimos com a realidade socioeconómica, onde existem diversas figuras que são consideradas sociedades e não têm um objeto imediato de produção de lucro (o que poderá demonstrar alguma fragilidade do entendimento que considera que o art. 980.º CC apresenta o conceito geral de sociedade), além de que nada impedirá que se crie uma sociedade que desempenhe uma atividade económica que, muito embora não prossiga um escopo lucrativo, crie economias e poupanças que se traduzem em ganhos para os seus associados. Existem, efetivamente, vantagens para uma empresa em assumir a forma jurídica de sociedade, ainda que não produza um lucro direto, mas apenas um lucro indireto na esfera jurídica dos sócios. De facto, e outra vez como o refere JOÃO MIGUEL ASCENSO, “As sociedades não lucrativas...”, p. 812, “Do mesmo modo, há muito tempo que se têm vindo a desenvolver tipos societários cujo escopo principal não é o lucro direto e imediato, mas sim as vantagens económicas e organizacionais que geram na esfera dos seus associados.” Sustenta, por isso, que o “art. 980.º do CC não é apto a proporcionar um conceito

teria o art. 980.º do CC. Como sumariza João Miguel Ascenso¹⁵⁷, “Contudo, tem havido uma tendência doutrinária cada vez mais forte, extremamente influenciada por necessidades práticas e realidades emergentes que têm surgido nos últimos tempos, que aponta no sentido de superar esta imposição do escopo lucrativo das sociedades ou de pelo menos, mitigá-lo” e “Efetivamente, não existe nenhuma razão substancial que justifique que uma atividade não lucrativa não possa ser exercida por uma sociedade, sendo apenas a formalização legal e a construção dogmática do legislador que poderão surgir como elementos impeditivos destas realidades”.

Seja qual for o consenso que se crie para as Sociedades tradicionais, certo é que, pelo menos, é um ponto que está em discussão na nossa doutrina. Além disso, sendo também certo que já existe um grupo de figuras societárias sem escopo lucrativo¹⁵⁸, e que mesmo para as Sociedades Desportivas o próprio regime de 95 expressamente referia os fins como sendo desportivos, nada parece impedir que essa solução pudesse ser readotada para os dias de hoje, à face do entendimento recente do art. 980.º. Assim, o fim que uma sociedade terá de desempenhar para que seja considerada enquanto tal é o desenvolvimento de uma atividade económica que poderá gerar, ou não, um lucro direto, sendo certo que trará sempre mais-valias e desenvolvimento económico (quando o lucro exista) aos seus associados¹⁵⁹, bem como à comunidade circundante. É essa uma solução possível e adequada ao futebol; e promover e organizar espetáculos desportivos é desenvolver uma atividade económica.

Em suma: o que está em causa não é a implantação da forma societária *per se*; o que se pretende não é que estejam todos os clubes a participar em competições desportivas profissionais como SADs ou SDUQs, mas sim que haja um maior controlo, melhor gestão, maior fiscalização e responsabilização; uma participação correta e organizada,

de sociedade geral, de modo a englobar todas as realidades existentes no ordenamento jurídico português”. Além disso, o mesmo artigo também levanta problemas noutros elementos que tradicionalmente se lhe associam: p. ex., sobre a contratualidade, no que toca a sociedades unipessoais, constituídas através de oferta ao público, por diploma legal ou decisão judicial; sobre o elemento pessoal, quanto à evolução das sociedades unipessoais; sobre o exercício comum nas sociedades de capitais e, sobretudo, unipessoais.

¹⁵⁷ JOÃO MIGUEL ASCENSO, “As sociedades não lucrativas...”, p. 825.

¹⁵⁸ Sociedades Gestoras de Participações Sociais, os Agrupamentos Europeus de Interesse Económico, Agrupamentos Complementares de Empresas, e Cooperativas.

¹⁵⁹ Quanto a este lucro subjetivo, JOÃO MIGUEL ASCENSO, “As sociedades não lucrativas...”, p. 854: “Começemos por referir que a inexistência de um escopo lucrativo não significa que o lucro não exista, significa, simplesmente, que a atividade principal da sociedade não está destinada a esse fim específico, nos termos em que tradicionalmente é entendido de acordo com o art. 980.º do CC. Assim, o escopo não lucrativo não é, de todo, incompatível com o direito aos lucros. Havendo lucros, o direito abstrato poder-se-á tornar concreto mediante deliberação nesse sentido”.

proporcionando-se os instrumentos corretos para uma gestão acertada e sustentável¹⁶⁰. Para isto, se há mecanismos próprios no Direito Comercial já consolidados para esse efeito e se possibilita a resolução de outro dos problemas dos Clubes portugueses – as dificuldades financeiras decorrentes da sua administração –, com um caso já de sucesso, nada obstará a que essa forma se mantenha. Propomos apenas que se explicita de forma clara que o fim destas Sociedades é o desportivo; não lucrativo, com o que daí decorre.

Além disso, sugere-se também uma adaptação ainda maior da lei à realidade, alargando o conjunto normativo para a previsão de mais situações práticas da vida da empresa, de forma que não pareçam desfasadas da forma societária. Em concreto, e do que já foi descrito, determinar a possibilidade de haver orçamentos de *break-even* – que parecem apropriados numa Sociedade de fins desportivos, já não se de fins lucrativos; e, tendo por base a responsabilização do art. 71º e ss. do CSC, aprimorar esse controlo de legalidade para a vida desportiva (sobretudo no futebol; apesar de não o ser uma tarefa fácil), em vez de critérios abstratos e pouco relacionados com uma Sociedade Desportiva. Finalmente, e se este trabalho se propõe a lançar sugestões legislativas e se a investigação de Direito Comparado foi realizada, cremos que nunca ofenderia a adaptação de ideias de regimes de outros países.

Nesse sentido: 1) Tal como propõe a Lei Italiana, um prémio monetário por parte da Federação como benefício para as Sociedades que assinem o primeiro contrato com um atleta, em simultâneo com as compensações financeiras previstas no Contrato Coletivo de Trabalho entre a Liga Portuguesa de Futebol Profissional e o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol e a compensação financeira por formação e mecanismo de solidariedade previstas pela FIFA, seria incentivador para que cada vez mais as entidades desportivas apostem nos frutos do seu trabalho. 2) Também em conjugação com esta medida, e tal como se aponta na referida Resolução do Parlamento Europeu, a adaptação de uma norma que obrigasse as Sociedades a ter um máximo de jogadores inscritos para a participação em competições profissionais nacionais, e um mínimo de jogadores formados localmente – na própria Sociedade e/ou no País dessa Sociedade, não nos parecendo que se prejudique, assim, qualquer direito previsto pela União Europeia –, potencialmente com um mínimo de minutos desses específicos jogadores por época desportiva, não só poderia permitir encurtar os plantéis, reduzir gastos com pessoal e com a aquisição de direitos desportivos de jogadores,

¹⁶⁰ Aliás, RICARDO COSTA, “A posição...”, p. 138: “(...) desde a origem normativa das SADs, o legislador pretendeu concebê-las como um instrumento de saneamento económico e financeiro dos clubes, que não atuasse em prejuízo dos seus principais credores, os credores públicos.”

mas também promover cada vez mais as soluções jovens que se formam por todo o país¹⁶¹. 3) Da mesma forma, e tendo em vista a estabilidade financeira, a previsão de um sistema de controlo – sobretudo dos rendimentos e ganhos vs. gastos e perdas operacionais –, como vimos defendido na Resolução, pela UEFA no seu Fair-Play Financeiro e pelos Estatutos da Liga Inglesa, ao preverem limites para gastos com serviços de jogadores. 4) Ainda a convergir nestas ideias de salvaguarda da regulação dos clubes, disposições como as que mencionamos no Direito Inglês, relativamente à negociação por parte da Liga e posterior repartição coletiva no que toca aos contratos comerciais, direitos de rádio e transmissão de jogos, além das regras de proteção para aquisição de um Clube/Sociedade, parecem-nos bastante interessantes de forma a proteger os interesses do Desporto Nacional. 5) Por último, e com o intuito de dinamizar o investimento nas Sociedades Desportivas e em função da experiência alemã, um artigo que expressasse mencionasse a possibilidade de publicidade no próprio nome da Sociedade poderia ser impulsionador da captação de mais uma fonte de rendimentos, ou mesmo a associação a grandes empresas nacionais ou internacionais.

Caberá ao legislador dar uma resposta capaz para esta problemática, sendo certo que as evoluções já mencionadas do nosso regime (quer nas dimensões do lucro subjetivo, quer no aproveitamento direto do regime societário, quer no afastamento de um fim lucrativo direto, como se propunha na Lei de Bases de 2007) contribuem, na nossa opinião, para a resposta ideal à organização jurídica da atividade desportiva. E para a qual seria também proveitosa uma atitude clara dos diretamente envolvidos, de modo a resolver a questão. É que, no Grupo de Trabalho do DL 2013, questionadas diversas entidades desportivas, num universo de 77 inquiridas apenas 33 responderam (cerca de 30%), e nem todas de forma conclusiva; pelo que carece uma compreensão a uma só voz por parte de todos¹⁶².

¹⁶¹ Daqui resulta a adaptação de medidas da UEFA para a participações na Liga dos Campeões e Liga Europa, mas também os regulamentos específicos para as equipas B e para a Taça da Liga.

¹⁶² Retirado de uma brilhante conclusão de JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Leis...”, p. 17, “O segundo plano é muito mais exigente, pois confronta essa idealização com a realidade. E a falta de efetividade das normas é tecla que no nosso piano não conseguimos deixar de pressionar. A música, afinal, essa, depende muito dos músicos, tanto como da partitura, o que nos dirige, a todos nós, responsabilidades acrescidas, quer como cidadãos, quer como agentes desportivos”.

LISTA DE ABREVIATURAS

ART.	Artigo
CC	Código Civil
CSC	Código das Sociedades Comerciais
LBAFD	Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto
LBSD	Lei de Bases do Sistema Desportivo
P.	Página
PP.	Páginas
SS.	Seguintes
R&C	Relatórios e Contas
RLBSD	Revisão da Lei de Bases do Sistema Desportivo
SAD	Sociedade Anónima Desportiva
SDUQ	Sociedade Desportiva Unipessoal por Quotas

BIBLIOGRAFIA

ASCENSO, JOÃO MIGUEL, “As sociedades não lucrativas. Breve análise do direito dos sócios aos lucros”, in *Revista de Direito das Sociedades*, ano III, n.º 4, Almedina, Coimbra, 2011.

CANOTILHO, J. J. GOMES; MOREIRA, VITAL, “Constituição da República Portuguesa Anotada”, Vol. I – Artigos 1º a 107º, 7ª ed. rev., Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

CANOTILHO, J. J. GOMES, “Internormatividade desportiva e homo sportivus”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, vol. IV, Coimbra Editora, Coimbra, 2010.

COSTA, RICARDO, “A posição privilegiada do clube fundador na sociedade anónima desportiva”, in *I Congresso do Direito do Desporto*, Almedina, Coimbra, 2005.

BAPTISTA, DANIELA; CUNHA, PAULO OLAVO; GOMES, FÁTIMA; GUEDES, ANTÓNIO AGOSTINHO, “Comentário ao Código Civil: parte geral” (coord. Luís Carvalho Fernandes, José Brandão Proença), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014.

DOMINGUES, PAULO DE TARSO, “As sociedades desportivas”, in *IV Congresso de Direito do Desporto*, Almedina, Coimbra, 2015.

GIÃO, JOÃO SOUSA, “O governo das sociedades desportivas”, in *O Governo das Organizações - A Vocação Universal do Corporate Governance*, Almedina, Coimbra, 2011.

MEIRIM, JOSÉ MANUEL, “Dicionário Jurídico do Desporto”, Edições Record, Lisboa, 1995.

MEIRIM, JOSÉ MANUEL, “Leis do Sistema Desportivo”, Editorial Notícias/Aequitas, Lisboa, 1993.

REI, MARIA RAQUEL, “Sociedades Anónimas Desportivas: o Fim Lucrativo”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. IV, Almedina, Coimbra, 2011.

RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA, “Sociedades Desportivas”, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2015.

SOUSA, LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE, “Direito aos lucros nas sociedades anónimas desportivas – um verdadeiro lucro?”, in *Revista de Direito das Sociedades*, n.^{os} 1-2, Almedina, Coimbra, 2013.

VASCONCELOS, PEDRO PAIS DE, “Teoria Geral do Direito Civil”, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2012.